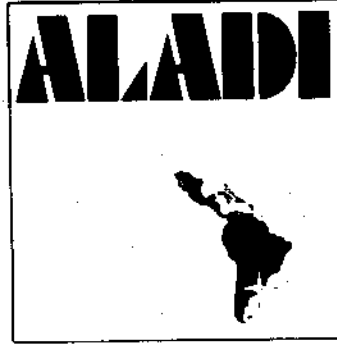


Secretaría General



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

229

LEGUMES E HORTALIÇAS NO URUGUAI

ALADI/SEC/Estudo 31.5
12 de setembro de 1985

CONTEUDO

	<u>Página</u>
APRESENTAÇÃO	3
I - INTRODUÇÃO	5
II - ANALISE ECONOMICA DO SUBSETOR	8
III - A INDUSTRA DA TRANSFORMAÇÃO DE LEGUMES E HORTALIÇAS ...	65

//

**Estudo feito pelo Consultor,
Senhor Juan Bautista Morelli**

vf

//

//

APRESENTAÇÃO

A Secretaria-Geral da ALADI iniciou durante 1984 um estudo de caráter regional sobre o subsetor legumes e hortaliças que abrange em uma primeira fase os seguintes produtos em seu estado natural: feijão, batata, cebola, alho, tomate, aspargo, lentilha, grão-de-bico, ervilha, espinafre e cenoura.

Esse estudo permite conhecer as principais variações de mercado, os mecanismos e a estrutura de comercialização, bem como a situação jurídico-institucional do setor, dando também, no caso de alguns países, informações referentes às possibilidades de propiciar ações de promoção no campo do processamento industrial.

A partir deste conhecimento, a Secretaria-Geral espera poder propiciar a seleção de produtos sobre os quais seja possível aprofundar a análise e identificar e promover a aplicação dos diferentes mecanismos do Tratado de Montevideu 1980, especialmente naqueles produtos destinados à produção industrial.

A seleção de produtos específicos permitirá identificar o potencial de co-operação regional no âmbito da complementação na produção e na comercialização de produtos frescos, refrigerados, congelados e processados, especialmente levando em conta que existe uma oferta latino-americana que pode concorrer de forma eficiente em nível mundial, existindo, ademais, possibilidades de melhorar os atuais fluxos de comércio intra-regionais através da adoção de diversas medidas tarifárias e não tarifárias.

Adicionalmente, é necessário explorar e criar novas vinculações comerciais, através de jornadas e rodadas de negociações, tanto para o interior da ALADI como em diversos países latino-americanos não membros, o que abre um campo de expansão do comércio.

Levando em conta o manifestado, a Secretaria realizou uma série de estudos em nível dos países-membros com a colaboração de consultores contratados localmente, que visitaram as organizações e entidades dos setores público e privado, vinculadas com o subsetor legumes e hortaliças.

Cabe manifestar que para a elaboração dos estudos se enfrentou grandes limitações dadas pelo nível de informações disponíveis e pelo estado de desenvolvimento do subsetor nos países-membros, o que levou a organizar estudos em alguns casos por grupos de países e, em outros, de forma individual.

O presente estudo refere-se à situação do Uruguai, o que na primeira parte mostra uma análise por produto nas diferentes variáveis, que se desdobram para o período compreendido entre os anos 1977 e 1981, inclusive, de acordo com o seguinte detalhe:

- Análise das variáveis de mercado por produto;
- Produção;
- Levantamento das principais zonas produtoras;
- Consumo;

//

vf

//

- Canais de comercialização;
- Exportações;
- Importações;
- Preços;
- Insumos físicos; e
- Políticas comerciais.

Em algumas ocasiões as informações proporcionadas abrangem o ano de 1982. Os produtos estudados são, por ordem alfabética: alho, aspargo, batata, cenoura, cebola, ervilhas, espinafre, grão-de-bico, lentilha e tomate.

Em uma segunda parte do estudo são expostos a problemática do desenvolvimento tecnológico e seu componente institucional atual.

No capítulo final apresenta-se, com base nas limitadas informações obtidas, um panorama geral da indústria da transformação de legumes e hortaliças no Uruguai, sua dimensão, participação na indústria manufatureira e da alimentação, volumes de produção e principais produtos.

//

//

I - INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma parte de um estudo regional sobre legumes e hortaliças dos países-membros da ALADI.

I.1 - OBJETIVOS

Este estudo regional tem duas finalidades básicas:

1. Proporcionar elementos de juízo para a identificação de possibilidades de promoção de acordos de alcance regional e parcial dentro do próprio subsetor de legumes e hortaliças frescas, refrigeradas e congeladas de outras medidas que possam ser adotadas pela ALADI para facilitar a comercialização desses produtos na região; e
2. Proporcionar elementos de juízo para a realização de um estudo de diagnóstico regional sobre o subsetor de frutas, legumes e hortaliças preparadas e conservadas.

O objetivo específico é realizar um diagnóstico regional do subsetor de legumes e hortaliças, incluindo os produtos em estado fresco, refrigerado e congelado, que permitam um conhecimento completo de sua situação atual e perspectivas na região.

I.2 - AMBITO DO ESTUDO

Este trabalho estará referido aos seguintes produtos no caso do Uruguai:

- | | |
|------------|-----------------|
| 1. Feijão | 7. Lentilha |
| 2. Batata | 8. Grão-de-bico |
| 3. Cebola | 9. Ervilha |
| 4. Alho | 10. Cebolinha |
| 5. Tomate | 11. Espinafre |
| 6. Aspargo | 12. Cenoura |

I.3 - TERMOS DE REFERENCIA

1. ANÁLISE ECONOMICA DO SUBSETOR

A análise econômica compreenderá a produção, o consumo e o comércio (exportações e importações) dos produtos indicados precedentemente.

A investigação refere-se ao período 1978-82 e compreenderá os seguintes aspectos:

a) Análise das variáveis do mercado

- 1) Produção. Serão analisadas a estrutura da produção dos cultivos selecionados e a evolução da produção. Por cada espécie será exposto o valor bruto da produção ou a taxa anual de crescimento, média anual de superfície colhida e os volumes físicos de produção, indicando sua distribuição regional.

vf

//

//

- ii) Levantamento das zonas produtoras principais. As informações serão classificadas por espécie e contemplarão os seguintes aspectos:
- Área plantada, discriminada por espécie e variedades.
 - Rendimento médio de cada cultivo em cada zona.
 - Superfície média das explorações em cada zona, indicando se se enquadram em um programa anual de cultivos.
- iii) Consumo. Será analisada a demanda interna atual no país, indicando as características dos principais centros de consumo doméstico e industrial. As informações devem referir-se aos produtos naturais, refrigerados e congelados. Analisar-se-ão as projeções correspondentes.
- iv) Importações. Estrutura e evolução no período assinalado anteriormente. Indicar-se-ão dados de volume valor e origem.
- v) Exportações. Proporcionar-se-ão informações sobre volume, valor e destino de produtos do setor durante o período em referência.
- vi) Preços. Analisar-se-á a estrutura de preços internos, com referência aos níveis de granjas, atacadista e consumo. Serão analisados os preços oficiais, de preços de importação e de exportação.
- vii) Insumos físicos. Serão recolhidas as informações sobre produção nacional, demanda, comércio exterior e preços de fertilizantes, sementes, produtos fitossanitários, praguicidas e outros defensivos, maquinaria e implementos para trabalhos horti-granjeiros.
- b) Política comercial
- Proporcionar-se-ão informações sobre as medidas tarifárias e não-tarifárias aplicadas pelo país e outro tipo de políticas.
- c) Grau de tecnologia
- Alcançado para os produtos no país, com especial referência ao papel das universidades, entidades e/ou instituições nacionais dedicadas ao desenvolvimento tecnológico.

I.4 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O setor de legumes e hortaliças no Uruguai não recebeu a atenção dos analistas, esboçadores de política e governantes, senão para ver nele um setor fornecedor de alimentos baratos à população e um gerador de inflação quando estes obtêm preços crescentes.

Por não ter existido uma visão mais real do que é o potencial do setor, quase não existem estatísticas do setor que permitam fazer um diagnóstico profundo de sua situação. Na maior parte dos itens analisados, os únicos dados que exist

//

vf

//

tem são os que fornecem os Recenseamentos Gerais Agropecuários, realizados cada dez anos.

Frente à escassez de informações básicas e aos limitados recursos disponíveis para a realização deste trabalho, foi necessário agir com relativamente pouca base que sustente as conclusões do mesmo.



//

II - ANALISE ECONOMICA DO SUBSETOR

A produção de legumes e hortaliças no Uruguai está dirigida exclusivamente para o abastecimento do consumo interno destes produtos. Apesar de tentativas isoladas de desenvolver alguns destes cultivos para a exportação, obteve-se resultados descontínuos e de escassa significação. No caso de alguns legumes secos de consumo interno deve abastecer-se quase exclusivamente de importações.

Ao estar a produção destinada quase exclusivamente ao mercado interno e da do que o consumo interno está praticamente estancado há várias décadas, a produção em seu conjunto esteve estancada, mostrando flutuações de relativa importância, em resposta a variações climáticas e do contexto econômico em que se encontra imerso o subsetor.

O quadro 1 mostra o valor bruto de produção do setor granjeiro, a preços constantes em 1978, incluindo a produção de legumes e hortaliças. O setor granjeiro participa do valor bruto de produção agropecuária com 20 por cento. Dentro do setor granjeiro os itens raízes e tubérculos, leguminosas de grão seco e legumes, e hortaliças representam, por sua vez, aproximadamente 35 por cento do valor bruto de produção granjeira, ou seja, 7 por cento do valor bruto de produção agropecuária. Por não existir estatísticas de produção anual, tampouco são elaboradas séries que permitam analisar a variação do valor bruto de produção de leguminosas secas, legumes e hortaliças, repetindo-se em cada ano o valor da produção destes itens do último ano de recenseamento.

No entanto, pode observar-se a inexistência de uma tendência definida na evolução do valor bruto de produção do setor granjeiro em seu conjunto e uma grande variação entre anos.

II.1 - PRODUÇÃO

A maior parte dos dados de produção destes produtos dispõe-se unicamente para os anos em que se realizaram recenseamentos gerais agropecuários. Adicionalmente, sobre a batata se dispõe de dados anuais, resultado de levantamentos realizados pela Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias, D.I.E.A., do Ministério da Agricultura e Pesca (M.A.P.)

No quadro 2 apresentam-se os dados de número de explorações, área, produção e rendimento dos produtos considerados, nos anos 1970 e 1980, segundo os respectivos recenseamentos. Surge do quadro que a área cultivada com estes itens no Uruguai é de aproximadamente 37 mil hectares em todo o país, das quais 60 por cento - 22 mil hectares - corresponde ao cultivo da batata. O volume físico da produção destes itens variou de 175 mil toneladas em 1970 para 160 mil em 1980, dos quais mais de 60 por cento em ambos os casos corresponde à produção de batatas (106 mil toneladas para 1970 e 1980, respectivamente).

//

vf

QUADRO No. 1

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO DO SETOR GRANJEIRO

(Em milhares de N\$ de 1978)

ANOS	PRODUÇÃO VEGETAL						PRODUÇÃO ANIMAL		TOTAL
	UVA PARA VINHO	RAIZES E TUBERCULOS	LEGUMES SECOS	LEGUMES E HORTALIÇAS	FRUTAS FRESCAS	TOTAL			
1973	121.324	181.435	4.098	131.830	190.123	628.810	281.590	910.400	
1974	157.771	177.920	4.098	131.830	190.123	661.742	261.719	923.461	
1975	186.728	170.662	4.098	131.830	190.123	683.441	244.875	928.316	
1976	161.207	209.325	4.098	131.830	190.123	696.583	257.878	954.461	
1977	127.999	169.932	4.098	131.830	190.123	623.982	268.972	892.954	
1978	109.915	154.801	4.098	131.830	190.123	590.767	254.067	844.834	
1979	131.854	183.229	4.098	131.830	190.123	641.134	282.062	923.196	
1980	92.583	112.591	2.851	120.024	152.034	480.083	314.845	794.928	
1981	162.180	218.621	2.851	120.024	152.034	655.710	371.890	1027.600	
1982	137.965	195.065	2.851	120.024	152.034	607.939	328.210	936.149	

Fonte: Banco Central do Uruguai.

QUADRO No. 2

NUMERO DE EXPLORAÇÕES, HECTARES CULTIVADOS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO
DE ALGUMAS HORTALIÇAS E LEGUMES EM 1970 E 1980

CULTIVO	No. DE EXPLORAÇÕES		HA. CULTIVADOS		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTOS (Kg/ha)	
	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970
Batata verão	9.210	15.652	12.583	14.738	65.154	72.380	5.178	4.911
Batata outono	4.903	6.649	7.702	7.378	32.634	34.050	4.237	4.615
Ervilha	984	1.912	605	757	798	1.523	1.319	2.011
Feijão (grão seco)	3.789	6.733	3.137	4.364	1.923	2.735	613	627
Feijão (chaucha)	784	928	394	487	1.101	1.307	2.793	2.684
Milho doce	2.603	1.969	3.110	1.508	2.943	2.397	946	1.589
Cenoura	2.214	3.734	1.846	1.791	11.296	11.893	6.119	6.641
Cebola seca	4.500	7.999	2.977	2.205	17.929	16.079	6.022	7.292
Cebola verde	486	777	199	206	854	859	4.291	4.172
Alho	1.986	4.942	725	572	1.447	1.360	1.996	2.378
Tomate indústria	1.812	5.572	1.502	3.029	11.301	30.245	7.524	9.985
Tomate fresco	2.033	5.572	1.359	3.029	11.743	30.245	8.641	9.985
Espinafre	359	654	272	289	663	596	2.439	2.062
Lentilha	9	104	4	31	2	12	446	371
Grão-de-bico	9	176	2	11	2	12	776	1.064
Aspargo	19	32	21	23	37	69	1.740	3.002
TOTALS			36.438	37.389	159.827	175.517		

Fonte: Recenseamento Geral Agropecuário, 1980. DIEA, MAP.

//

Depois dos produtos considerados vêm, por ordem de importância, a batata, os cultivos do tomate, a cebola e a cenoura, com uma produção em 1980 de 23, 19 e 11 mil toneladas anuais, respectivamente, levando o volume físico da produção dos quatro cultivos principais a 150 mil toneladas, ou seja, 95 por cento do total neste subsetor.

Os cultivos de feijão, milho doce, ervilha e espinafre contribuíram em 1980 com uma produção de 3.000, 2.900, 1.400, 800 e 600 toneladas, respectivamente. Aspargo, lentilha e grão-de-bico, por seu lado, produziram-se em quantidades in significantes: 37,2 e 2 toneladas, respectivamente.

Apesar da pouca variação da produção entre 1970 e 1980, no que diz respeito ao volume físico, que diminuiu 8,5 por cento, observa-se no quadro 2 uma notória diminuição do número de exportações que cultivam estes itens. A explicação deste fato é que, por um lado, houve uma concentração de recursos em um menor número de produtores, enquanto que por outro lado elevou-se a média da área cultivada com estes cultivos por terreno, compensando a diminuição do número de produtores. Em média, o número de explorações diminuiu em 38 por cento na década, elevando-se a área média em 58 por cento.

//

As cifras do recenseamento mostram que os terrenos dos estratos inferiores, menores de 50 hectares, que são os de maior dedicação à produção de legumes e hortaliças, passaram de 1970 a 1980, de 48.312 para 39.502 terrenos, desaparecendo mais de 18 por cento deles. O número de explorações dedicadas ao cultivo dos produtos selecionados diminuiu numa média de 38 por cento. Este abandono considerável de produtores destes cultivos responde à própria crise generalizada que padece o setor agropecuário nos últimos anos, com alto endividamento e baixa rentabilidade das atividades produtivas.

Paralelamente, como se assinalava precedentemente, deu-se um processo de aumento de áreas destes cultivos por produtor, levando a média geral de 0,65 hectares em 1970 para 1,02 hectares em 1980, o que constitui um aumento da ordem de 57 por cento da área dedicada a estes cultivos por produtor. Este foi aparentemente um dos mecanismos de defesa dos produtores para enfrentar a menor rentabilidade relativa de sua atividade.

II.1.1 - BATATA

A batata é o principal cultivo hortícola no Uruguai e, em consequência, do que maior informações se dispõe. No período 1978/83 cultivaram-se aproximadamente 20 mil hectares anuais, obtendo-se uma produção média de 128 mil toneladas (ver quadro no. 3).

As sementeiras de batata podem ser realizadas no Uruguai durante vários meses do ano. No entanto, a produção mostra um comportamento biestacional muito acentuado. A colheita de verão é semeada nos meses de setembro e outubro e a de outono, nos meses de janeiro e fevereiro. A colheita de verão concentra 60 por cento da produção e a de outono, os 40 restantes.

Não existe uma tendência definida no que diz respeito à área semeada no período considerado, mostrando pequenas variações com referência à média do período, que foi 20.272 hectares. Observam-se flutuações acentuadas sobre a média da produção anual, resultado das grandes variações dos rendimentos, os quais dependem fundamentalmente das variações climáticas. O rendimento médio da batata no país é extremamente baixo, mostrando uma leve tendência crescente. Além dos efeitos climáticos do país nos rendimentos, a causa principal de seus baixos níveis está no inadequado nível tecnológico predominante na produção.

A inexistência de uma infra-estrutura de conservação adequada determina períodos de escassez entre os meses de agosto e outubro, o que leva à necessidade de importar, em alguns anos, o tubérculo para atender o consumo interno.

Quanto aos aspectos estruturais, é de destacar que o cultivo da batata se realizava fundamentalmente em terrenos menores de 50 hectares (ver quadro no. 4). Segundo os dados disponíveis, nos últimos anos produziu-se uma acentuação da tendência para uma maior concentração e especialização da produção. Enquanto que em 1961 e 1970, 63.1 e 57.5 por cento da área de batata se realizava em terrenos menores de 50 hectares, em 1980 essa percentagem desceu para 46.1 por cento, confirmando a tendência geral assinalada para todos os cultivos do subsetor. No outro extremo de tamanho de terrenos, aqueles maiores a 500 hectares, semearam

//

QUADRO No. 3

AREA SEMEADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE BATATA
NO PERÍODO 1978/1983

ANOS	AREA SEMEADA			PRODUÇÃO			RENDIMENTOS		
	VERÃO	OUTONO	TOTAL	VERÃO	OUTONO	TOTAL	VERÃO	OUTONO	TOTAL
	Hectares			Toneladas			Quilogramas por ha.		
1978	11.295	8.200	19.495	56.922	45.364	102.286	5.040	5.532	5.247
1979	12.650	8.450	21.100	76.498	58.874	135.372	6.047	6.967	6.415
1980	12.436	7.552	19.988	67.634	31.830	99.464	5.439	4.215	4.976
1981	12.680	8.600	21.280	109.840	66.724	176.564	8.662	7.759	8.297
1982	11.630	9.450	21.080	89.970	59.178	149.148	7.736	6.262	7.075
1983	12.230	6.460	18.690	51.605	57.641	109.246	4.220	8.923	5.845
MEDIA	12.153	8.119	20.272	75.411	53.269	128.680	6.191	6.610	6.309

Fonte: Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias. Ministério da Agricultura e Pesca.

QUADRO No. 4

ESTRUTURA DA AREA SEMEADA DE BATATA POR ESTRATO DE TAMANHO

ESTRATO (ha)	HECTARES CULTIVADOS (ha)			HECTARES CULTIVADOS (Percentagens)		
	1961	1970	1980	1961	1970	1980
1 - 49	9.941	12.716	9.341	63.1	57.5	46.1
50 - 99	2.003	2.755	2.142	12.7	12.5	10.5
100 - 199	1.151	1.934	2.142	7.3	8.7	10.5
200 - 499	1.093	2.053	1.717	6.9	9.3	8.5
500 - 999	673	1.097	2.083	4.3	5.0	10.3
1000 - 2499	612	527	2.399	3.9	2.4	11.8
2500 e mais	283	1.034	461	1.8	4.5	2.3
T O T A L	15.756	22.116	20.285	100.0	100.0	100.0

Fonte: Recenseamentos Gerais Agropecuários 1961, 1970 e 1980.

//

//

10,0, 11,9 e 24,4 por cento da área da batata nos anos 1961, 1970 e 1980, respectivamente.

Quanto à estrutura de posse, observa-se que o cultivo é realizado fundamentalmente pelos proprietários (48,6%) e por arrendatários ou proprietários arrendatários (28,9%), não se observando diferenças significativas em 1980 nos níveis de rendimentos sob diferentes formas de posse e, em consequência, das tecnologias aplicadas.

II.1.2 - TOMATE

O cultivo do tomate no Uruguai é feito fundamentalmente em terrenos menores de 20 hectares, com destino ao consumo fresco ou para a indústria. A produção diminuiu, entre 1970 e 1980, de 30 para 23 mil toneladas, das quais aproximadamente a metade corresponde a tomate para consumo fresco e a outra metade a tomate para a indústria. Em média, a área que cada produtor cultiva com tomate aumentou de 0,54 para 0,75 hectares, de 1970 a 1980, compensando em parte a diminuição de produtores que o cultivam, que passou de 5.572 para 3.845. Repetem-se as observações gerais anotadas precedentemente sobre a tendência à concentração e especialização da produção.

Os rendimentos vieram incrementando-se como resultado de uma maior especialização no cultivo, situação que não se manifesta nos dados de recenseamentos devido ao "efeito ano". Atualmente a média dos rendimentos é estimada em 12 toneladas por hectare, extremamente baixos em comparação com os obtidos nos outros países.

A tendência a longo prazo da produção de tomate no Uruguai, do mesmo modo que nos demais cultivos, é pouco definida, apresentando grandes variações, como surge dos dados dos recenseamentos nas últimas duas décadas:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO DE TOMATE (Milhares de t)	20.7	21.1	30.2	23.0

II.1.3 - CEBOLA

A produção de cebola no Uruguai veio incrementando-se levemente nas últimas décadas. Os registros de recenseamento mostram esta evolução:

ANOS	AREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTOS
1961	2412	13.006	5392
1966	1662	11.561	6956
1970	2205	16.079	7292
1980	2977	17.929	6022

Não obstante, a área semeada e a produção mostraram notórias oscilações como resultado de condições climáticas e de mercado cambiantes. A quase totalidade

vf

//

//

da produção se destina ao consumo interno em estado natural, complementando-se o consumo com importações de parcelas anuais crescentes, especialmente a partir de 1978, provenientes fundamentalmente da Argentina. Em 1977 e 1980 foram feitas pequenas exportações da ordem de 300 e 1.200 toneladas, respectivamente.

Do mesmo modo que o tomate, a cebola se cultiva fundamentalmente em terrenos menores de 20 hectares, devido à intensividade no uso da mão-de-obra e à alta disponibilidade de mão-de-obra familiar nestes terrenos, com escassos usos alter_{na}tivos.

Como resultado da crise do subsetor nos últimos anos, também neste cultivo se observa uma tendência concentradora da produção, reduzindo-se o número de terrenos dedicados a este cultivo de 8.000 para 4.500, entre 1970 e 1980, com um aumento na área média por terreno que passou de 0.28 para 0.66 hectares no mesmo período. Este aumento elevou essa média em 136 por cento na década.

II.1.4 - CENOURA

O cultivo da cenoura ocupa aproximadamente 1.800 hectares por ano, gerando uma produção média de aproximadamente 11 mil toneladas por ano. Os últimos recenseamentos mostram os seguintes níveis de produção:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (t)	9.423	9.774	11.893	11.296

Como surge dessas cifras, a produção está estabilizada, destinando-se sua totalidade ao abastecimento do consumo interno. No quadro no. 2 observa-se que, do mesmo modo que nos anteriores cultivos analisados, um menor número de terrenos, 2.214 em 1980, mantém a mesma área semeada e produção que os 3.734 terrenos registrados dez anos antes. A área média por terreno se elevou de 0.48 para 0.83 hectares.

Este cultivo se realiza predominantemente em terrenos menores de 20 hectares e, em geral, por produtores proprietários da terra cultivada.

II.1.5 - FELJÃO

A produção de feijão no Uruguai veio perdendo importância nas últimas duas décadas. Os registros de recenseamentos mostram os seguintes níveis de produção em toneladas:

	1961	1966	1970	1980
Feijão (grão seco)	3.756	2.083	2.735	1.923
Feijão (chaucha)	1.415	1.428	1.307	1.101
TOTAL	5.171	3.511	4.042	3.024

A área dedicada ao cultivo do feijão diminuiu de 4.853 hectares em 1970 para 3.533 hectares em 1980. Do mesmo modo que nos demais cultivos, o feijão foi

//

//

cultivado em 1980 por um menor número de produtores que aumentaram a área média por terreno. Em 1970, 6.733 terrenos cultivaram em média 0.64 hectares de feijão para grão seco, cada um, enquanto que em 1980 3.789 cultivaram uma média de 0.83 hectares com igual destino.

Com referência à estrutura da produção de feijão, este cultivo concentra-se nos terrenos dos estratos de tamanho inferiores. Da área semeada em 1980, 62 por cento se realizou em terrenos menores de 50 hectares. Por sua vez, 58 por cento da área foi cultivado por produtores proprietários de sua terra. Sob regime de propriedade e/ou arrendamento cultivou-se 87 por cento da área dedicada a esta leguminosa.

II.1.6 - MILHO DOCE

A produção de milho doce no Uruguai é de escassa significação, sendo da ordem de 2.500 toneladas anuais. A diferença com os outros legumes e hortaliças analisados, sua produção cresceu entre 1970 e 1980 de 2.400 para 2.950 toneladas, crescimento resultante de uma duplicação da área total semeada e do número de terrenos que o cultivaram. Os rendimentos foram menores em 1980, razão pela qual a produção aumentou menos que a área semeada.

As causas deste comportamento não são muito claras, atribuindo-se não a uma tendência à expansão do cultivo, senão aos efeitos conjunturais dos anos em que se realizaram os recenseamentos.

O destino da produção é exclusivamente o abastecimento do consumo interno, que em sua maior parte é fresco como verdura (milho). Uma parte menor se destina à indústria em conserva.

O milho doce é o cultivo hortícola que menor atenção requiere, e de menor intensidade no uso de recursos de mão-de-obra, o que lhe confere características particulares. Não obstante, é também cultivado fundamentalmente em terrenos menores, estando 62.2 por cento da área de 1980 em terrenos menores de 50 hectares, 56.8 por cento da área é plantado por proprietários dos terrenos. Se se acrescentam os arrendatários, essa percentagem sobe para 87.1 por cento.

II.1.7 - ALHOS

O cultivo do alho adquiriu certa importância no país entre os anos 1975 e 1980, em que se geraram importantes saldos para a exportação. Sua produção, de acordo com os dados de recenseamentos, foi a seguinte:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (em t)	2.200	1.200	1.400	1.400

A partir de 1974 iniciou-se um Programa de Promoção do cultivo do alho no âmbito das Cooperativas do Sistema de Fomento Rural reunidos em torno da CALFORU como cooperativa de segundo grau, com o propósito de desenvolver cultivos intensivos com destino à exportação.

vf

//

//

Devido a esta corrente, as exportações cresceram até 1977, em que foram exportadas 1.164 toneladas, fundamentalmente para o Brasil, dando uma dinâmica ao cultivo com perspectivas favoráveis. Contudo, problemas tecnológicos e econômicos próprios do cultivo, do contexto econômico do país e de obstáculos às importações no Brasil, não estimularam a produção, caindo para níveis inferiores aos históricos.

Imerço neste processo, entre 1970 e 1980, para um mesmo nível de produção de 1.400 toneladas, aumentou a área, os rendimentos decresceram, o número de explorações que o cultivaram desceu para a metade, triplicando-se a área média por terreno de 0.12 a 0.36 hectare.

De acordo com as investigações realizadas pelo Plano Granjeiro do M.A.P. sobre dados de 1970, nas zonas de maior concentração do cultivo do alho, 73 por cento da área localizava-se em terrenos de 5 a 19 hectares. Dos terrenos envolvidos, 72 por cento era explorado por proprietários, e 19 por cento por arrendatários.

O destino fundamental da produção de alho é o abastecimento do consumo interno, em seu estado natural, tendo adquirido relevância a exportação entre 1975 e 1979.

II.1.8 - ERVILHA

O cultivo da ervilha no Uruguai é destinado ao abastecimento da demanda interna. A produção nos últimos anos permaneceu estancada, diminuída por uma demanda interna que mostra sinais de ir decrescendo. Os dados de recenseamento mostram os seguintes níveis de produção:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (em toneladas)	1.524	1.359	1.523	978

A aparente diminuição da produção correspondente a 1980 responde a que uma maior proporção da mesma se refere a grão de ervilha seca, enquanto que as cifras anteriores correspondiam a grão verde. Atualmente toda a produção de ervilha que abastece a indústria local, seu principal destino, comercializa-se como grão seco para sua posterior rehidratação e em conserva.

Os registros de recenseamento de 1980 mostram por outro lado uma importante redução do número de terrenos que cultivam ervilha, passando de 1.912 terrenos em 1970 para 984. Por outro lado, observa-se um aumento da área média por terreno de 0.93 a 0.61 hectare, indicando uma tendência coincidente com o panorama geral do subsetor já indicado.

II.1.9 - ESPINAFRE

A produção de espinafre no Uruguai está em aproximadamente 600 toneladas.

vf

//

//

A evolução da produção, segundo os dados de recenseamento, foi:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (toneladas)	536	528	596	663

A área semeada manteve-se constante, localizando-se em 280 hectares anuais, e com rendimentos em torno de 2.500 quilogramas por hectare. O número de terrenos que a cultivam diminuiu entre 1970 e 1980 de 654 para 359, elevando-se a área por terreno de uma média de 0.44 a 0.76 hectare.

O destino da produção é o consumo em estado fresco, sendo insignificante o consumo industrial.

II.1.10 - ASPARGO

O cultivo do aspargo vem sofrendo um retrocesso notório até colocar a produção em níveis inferiores a 10 por cento (em 1980) dos níveis de 1966. Os dados de produção para os últimos recenseamentos são os seguintes:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (em toneladas)	266	433	69	37

Nos anos de maior produção de aspargo, produziam-se aspargos brancos para o mercado interno e verdes para enlatar.

A falta de rentabilidade do cultivo, derivada de um mercado interno em retrocesso, unida à inexistência de uma indústria processadora eficiente ou uma corrente de exportação que conecte a produção com os mercados potenciais, são as principais causas do virtual desaparecimento do cultivo. Em 1980, restavam 19 produtores com 21 hectares de aspargos.

O destino desta produção é o mercado interno de aspargos frescos. A indústria, que no passado processava volumes de relativa importância, praticamente não o faz mais.

II.1.11 - LENTILHA

A produção de lentilha no país tem sido insignificante. Os recenseamentos indicam que a produção veio diminuindo até praticamente desaparecer em 1980.

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (toneladas)	29	25	12	2

vf

//

//

Dos 104 produtores, que em 1970 cultivavam 31 hectares no total, em 1980 restavam 9 produtores com 4 hectares e uma produção de 2 toneladas.

O consumo interno é abastecido, em consequência, com importações que são da ordem de 700 toneladas anuais.

II.1.12 - GRÃO-DE-BICO

Do mesmo modo que a lentilha, o cultivo do grão-de-bico é praticamente inexistente no país, com tendência a desaparecer totalmente:

	1961	1966	1970	1980
PRODUÇÃO (toneladas)	20	17	12	2

O número de terrenos que o cultivavam em 1970 era de 176, ficando em 1980 apenas 9, com uma área semeada de 2 hectares e uma produção inferior a 2 toneladas.

As importações para abastecer o consumo interno são da ordem de 300 toneladas por ano.

//

II.2 - ZONAS PRODUTORAS

O Uruguai tem uma superfície de algo mais de 16 milhões de hectares sob produção agropecuária. Deles, 57.804 hectares são considerados no Renceseamento Geral Agropecuário como "cultivos de horta", que inclui o cultivo de 38 espécies hortícolas (inclui hortaliças e legumes), dois grupos de flores, uma categoria de "outros" e "sem especificar".

Dentro dos 57.804 hectares de cultivos de horta, as hortaliças e legumes objeto deste estudo ocupam 36.438 hectares, ou seja, 63,0 por cento da categoria.

Com o propósito de delimitar a zona produtora das hortaliças e legumes de interesse para este estudo, utilizando uma metodologia utilizada pelo Plano Grande do M.A.P. para determinar a concentração de cultivos, elaborou-se um "Índice de concentração" dos cultivos de horta em nível departamental. Este índice proporciona os hectares de cultivo de horta por cada mil hectares sob produção agropecuária.

Os índices assim elaborados permitem classificar os 19 departamentos do país em três categorias, segundo o grau de concentração de cultivos de horta.

1. Zonas de concentração de cultivos de horta

DEPARTAMENTO	AREA (ha)		INDICE DE CONCENTRAÇÃO
	TOTAL	HORTA	
Montevideo	22.034	3.332	151.2
Canelones	326.670	21.854	66.9
San José	417.224	8.824	21.1
Subtotal	765.928	34.010	44.4

2. Zonas de concentração média

DEPARTAMENTO	AREA (ha)		INDICE DE CONCENTRAÇÃO
	TOTAL	HORTA	
Rivera	864.252	3.120	3.6
Maldonado	425.519	1.314	3.1
Rocha	901.786	2.455	2.7
Salto	1.308.623	3.281	2.5
Colonia	543.582	1.352	2.5
Subtotal	4.043.762	11.522	2.8

vf

//

//

3. Zonas de concentração baixa

DEPARTAMENTO	AREA (ha)		INDICE DE CONCENTRAÇÃO
	TOTAL	HORTA	
Tacuarembó	1.428.861	2.066	1.4
Cerro Largo	1.264.687	1.631	1.3
Treinta y Tres	884.532	1.129	1.3
Florida	949.872	1.203	1.3
Lavalleja	938.379	1.162	1.2
Soriano	812.992	937	1.2
Paysandú	1.330.815	1.268	1.0
Durazno	1.068.875	1.118	1.0
Río Negro	905.128	933	1.0
Flores	479.906	216	0.5
Artigas	1.150.919	604	0.5
Subtotal	11.214.966	12.267	1.1

Surge dos índices elaborados que a região do sul do país, que compreende os departamentos de Montevideo, Canelones e San José, com 4,7 por cento da área total sob produção agropecuária do país, concentra quase 60 por cento da área sob cultivos de horta no país, o que dá um índice de concentração de 44,4 frente a um índice para os outros 16 departamentos de 1.6.

A região sul constitui a zona produtora de hortaliças e legumes de maior relevância no país. Em outras regiões também se realizam cultivos de horta, mas em nível insignificante, e em sua maior parte com fins de auto-subsistência, razão pela qual a percentagem de produção da região sul destinada ao mercado é muito superior a 60 por cento.

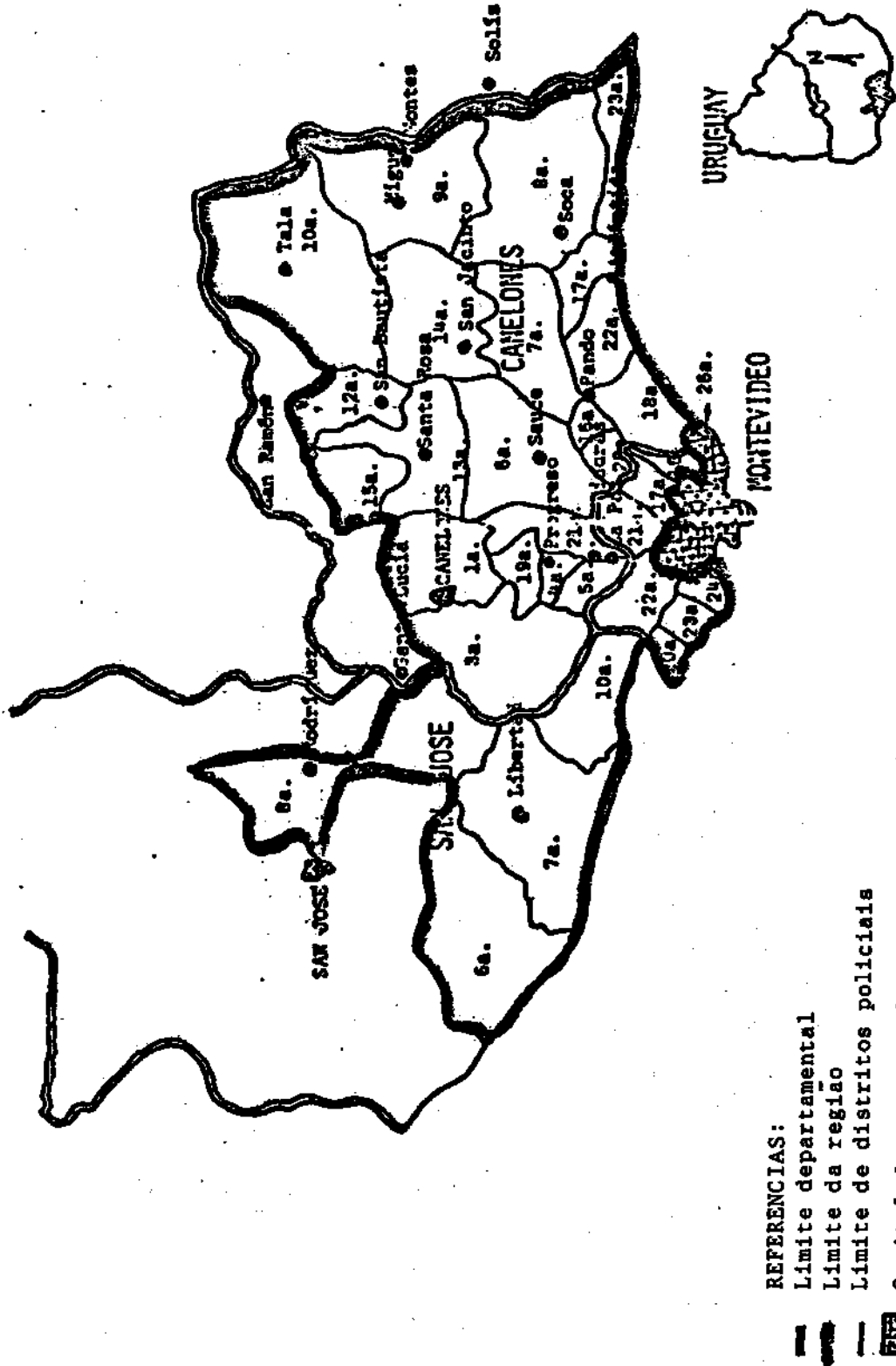
A razão fundamental desta concentração da produção é a aproximação do mercado ao que essa produção se dirige, que é o mercado consumidor de Montevideo.

Esta especialização da produção em cultivos intensivos levou a uma subdivisão da terra, que determina que 30 por cento dos estabelecimentos agropecuários do país se concentre nesta região, que somente conta com 4,7 por cento da área sob produção.

Dentro da região, por sua vez, distingue-se uma sub-região, conformada pelos departamentos de Montevideo, Canelones (distritos policiais 2 e 11), e os distritos policiais 6, 7, 10 e 8 do departamento de San José (ver mapa) que totalizam 485.646 hectares (3 por cento da área sob produção no país), que foi objeto de uma investigação por parte da D.I.E.A. do M.A.P., para fixar as condições

//

MAPA 1 - REGIÃO SUL - LOCALIZAÇÃO DE DISTRITOS POLICIAIS SEGUNDO RECENSEAMENTO GERAL AGROPECUARIO DE 1970



Fonte: Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias, M.A.P.

//

que determinam ingressos insuficientes nas explorações agropecuárias. Esta sub-região registrava em 1970 uma população rural de 78.398 pessoas (25 por cento da população rural do país, em 3 por cento da área). Dentro da sub-região definida por D.I.E.A., 83,3 por cento dos terrenos apresenta tamanhos inferiores a 50 hectares e 49,2 por cento menos de 10 hectares, ocupando 49,1 por cento do total da área. A superfície média das explorações da sub-região é de 22,7 hectares. Os proprietários ocupam 67,3 por cento da área, enquanto que os arrendatários, 24,5 por cento. Outras formas de posse não têm significação na área.

Dos terrenos, 29,6 por cento dispõe de tratar (1,22 trator por terreno), enquanto que 66 por cento dos terrenos somente dispõe de tração animal.

Quanto ao uso do solo desta sub-região, investigada pela D.I.E.A., observa-se um predomínio de itens agrícolas extensivos e pecuária, atividades que ocupam 21 e 61 por cento da área, respectivamente. A maior percentagem da área dedicada a itens intensivos (horta, pomar e vinha), localiza-se nos terrenos menores de 50 hectares, que embora não ocupem áreas importantes, demonstram que 93 por cento dos terrenos da região tem uma dedicação hortifrutícola predominante.

As diferenças de terrenos a respeito dos itens explorados não estão dadas apenas pelo tamanho dos terrenos, senão também pela localização geográfica.

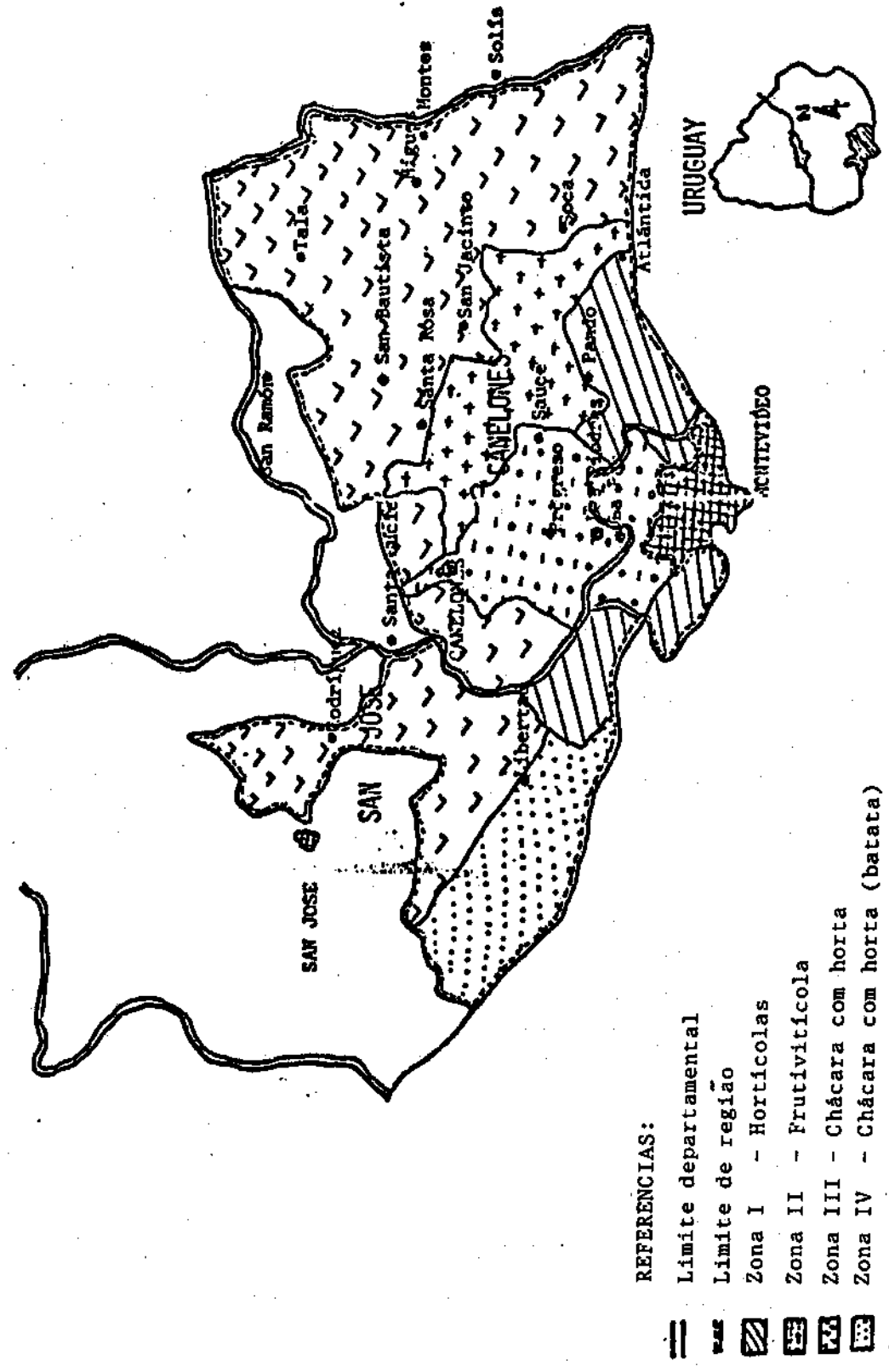
De acordo com a estrutura do uso do solo em nível de setores de recenseamentos, a D.I.E.A. regionalizou a zona sul de acordo com o predomínio zonal de determinados itens. Os critérios utilizados foram os seguintes:

1. Horticultura: Inclui os setores de recenseamentos com mais de 25 por cento da área dedicada à horticultura.
2. Fruticultura: Com mais de 20 por cento da área dedicada a fruticultura.
3. Horticultura e chácara: Com área hortícola entre 15 e 25 por cento e alta proporção da área de cultivos extensivos.
4. Chácara e batata: Setores de recenseamentos com mais de 15 por cento da área dedicada a horticultura, principalmente batata, e alta proporção de área com cultivos extensivos.
5. Chácara: Com alta proporção da área de cultivos extensivos e com menos de 15 por cento da área hortícola.

No mapa 2 observa-se a distribuição geográfica dos itens predominantes em cada setor de recenseamento da região sul.

//

MAPA 2 - REGIÃO SUL - DELIMITAÇÃO DE ZONAS DE PRODUÇÃO SEGUNDO ITENS AGRICOLAS PREDOMINANTES



Fonte: Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias. M.A.P.

//

II.2.2 - ZONA DE PRODUÇÃO DE BATATA

O cultivo da batata realiza-se em todos os departamentos do país, destacando-se fundamentalmente quatro zonas produtoras (ver quadro no. 5).

1. Região Sul, que inclui os departamentos de San José (41,0%), Canelones (21,8%), Montevideo (3,9%) e Colonia (4,4%) que em seu conjunto produziram 71,1 por cento da produção de 1980.
2. Região Nordeste, que abrange os departamentos de Tacuarembó (4,9%), Rivera (3,6%) e Cerro Largo (2,2%), que em conjunto representa 10,7 por cento da produção de 1980.
3. Região Leste, com os departamentos de Rocha (7,5%) e Maldonado (2,4%), constituindo na região 9,9% da produção.
4. Região Litoral Norte, com os departamentos de Salto (1,8%) e Paysandú (1,3%), o que representa 3,1 por cento da produção nacional da região. Sua maior importância radica em que é a zona onde se produz "batata primor".

A Região Sul veio concentrando uma maior percentagem da produção total do país. Enquanto que em 1970 esta região somente concentrava algo mais de 50 por cento, em 1980 esta percentagem se elevou para 70 por cento e em 1983, de acordo com os levantamentos realizados pela D.I.E.A. do M.A.P., a Região Sul produziu 78 por cento da produção nacional. Esta percentagem se desdobra da seguinte forma: da produção de batata de outono, a Região Sul produziu 88 por cento, enquanto que da batata de verão produziu 68 por cento.

Os rendimentos, por outro lado, são maiores na Região Sul que no resto do país, superando-as em 20 por cento: 5.102 quilogramas por hectare, frente a 4.246 quilogramas para o resto do país, o que se explica pela maior especialização da zona na produção de batata. Em particular o sul do departamento de San José, que dentro da região mostra uma maior concentração, conta com bons recursos edáficos, e com um microclima particularmente favorável.

Com base nas informações do recenseamento de 1970, o Plano Granjeiro do M.A.P. determinou que na Região Sul, formada pelos departamentos de Canelones, Montevideo e sul de San José, a produção de batata, tanto de verão como de outono, concentra-se em terrenos menores de 50 hectares.

Da área de batata de verão, 73 e 66 por cento da produção da região concentra-se nestes terrenos de menor tamanho. No outro extremo os estratos de tamanho, 2,5 por cento dos terrenos, no trecho de 100 a 999 hectares, semeou 13,3 por cento da área, fornecendo 18,2 da produção da região. O rendimento médio alcançado por estes produtores foi de 7.467 quilogramas por hectare, 52 por cento superior aos dos estratos menores, realizando uma área média de cultivo por produtor de 10,8 hectares.

//

vf

QUADRO No. 5

BATATA: ZONAS PRODUTORAS NO URUGUAI (ANO 1980)

DEPARTAMENTO	ÁREA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO (kg./ha.)
	Ha.	%	T.	%	
<u>1. REGIÃO SUL</u>	<u>13.618</u>	<u>67.1</u>	<u>69.479</u>	<u>71.1</u>	<u>5.102</u>
San José	7.695	37.9	40.054	41.0	5.205
Canelones	4.425	21.8	21.318	21.8	4.818
Montevideo	808	4.0	3.822	3.9	4.730
Colonia	690	3.4	4.285	4.4	6.210
<u>2. REGIÃO NORDESTE</u>	<u>2.261</u>	<u>11.2</u>	<u>10.416</u>	<u>10.7</u>	<u>4.607</u>
Tacuarembó	1.066	5.3	4.762	4.9	4.467
Rivera	651	3.2	3.511	3.6	5.393
Cerro Largo	544	2.7	2.143	2.2	3.930
<u>3. REGIÃO LESTE</u>	<u>2.298</u>	<u>11.3</u>	<u>9.705</u>	<u>9.9</u>	<u>4.223</u>
Rocha	1.703	8.4	7.369	7.5	4.327
Maldonado	595	2.9	2.336	2.4	3.926
<u>4. REGIÃO LITORAL NORTE</u>	<u>720</u>	<u>3.6</u>	<u>2.999</u>	<u>3.1</u>	<u>4.165</u>
Salto	451	2.2	1.749	1.8	3.878
Paysandú	269	1.4	1.250	1.3	4.647
<u>5. OUTROS</u>	<u>1.388</u>	<u>6.8</u>	<u>5.189</u>	<u>5.2</u>	<u>3.738</u>
<u>TOTAL</u>	<u>20.285</u>	<u>100.0</u>	<u>97.788</u>	<u>100.0</u>	<u>4.821</u>

Fonte: Recenseamento Geral Agropecuário de 1980. D.I.E.A., M.A.P.

//

A concentração da produção na região é maior no caso da batata de outono, cujo destino fundamental é a multiplicação da semente importada para sua semeadura para os cultivos de verão. A análise do Plano Granjeiro determinou que 2 por cento dos terrenos -localizados na faixa de 100 a 999 hectares- semearam 26 por cento da área, fornecendo 40 por cento da produção. O rendimento médio foi de 10.329 quilogramas por hectare, sendo a área de batata média por terreno de 23.7 hectares. No outro extremo, 76 por cento dos terrenos -menores de 19 hectares- semearam nesse ano 40 por cento da batata de outono, fornecendo 31 por cento da produção com um rendimento médio de 5.200 quilogramas. A área média de batata por terreno neste trecho foi de 1.1 hectares.

Destas observações se conclui que são obtidos rendimentos significativamente superiores nos terrenos de tamanho médio, de 200 a 1.000 hectares, que cultivam superfícies de batata superiores aos 10 hectares. Esta situação explica-se pelo maior nível tecnológico destes terrenos, uma maior especialização produtiva, que se prolonga com uma maior integração com as etapas de comercialização e que resulta em um maior preço por produto resultante, tornando mais rendável a aplicação de tecnologias mais avançadas.

As variedades mais difundidas são a "Kennebec" (70 a 80 por cento) e a "Red Pontiac" (20 por cento). Nos últimos anos se começou a utilizar-se a variedade "Spunta", de bom comportamento. Não existe uma planificação das semeaduras em nível nacional ou regional, realizando-se unicamente acordos entre os importadores de batata para semente para manter a área dentro dos limites das necessidades do mercado interno.

Uma maior aproximação à análise das zonas de produção de batata e outros cultivos hortícolas no país vem sendo desenvolvida atualmente pelo Plano Granjeiro do M.A.P., em vias de publicação.

Determinaram-se as zonas de maior concentração, em nível de setor de recenseamento, medido através do "Índice de concentração", que proporciona as hectares de cultivo por cada mil hectares das zonas de produção mais importantes. Estes índices variam de 98.8 hectares até 0, o que permite localizar com grande precisão as zonas produtoras no país e seu grau de concentração dentro de cada região em nível muito desagregado.

Os setores de recenseamentos das regiões mais importantes foram logo classificados em quatro partes, que se identificam no mapa 3 em anexo, mostrando as sub-regiões de maior concentração da produção.

II.2.3 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE TOMATE

De acordo com os dados de recenseamento de 1980, a metade da produção nacional de tomate se destina ao consumo fresco e a outra metade, a indústria, para a elaboração de extratos, polpas, molhos etc.

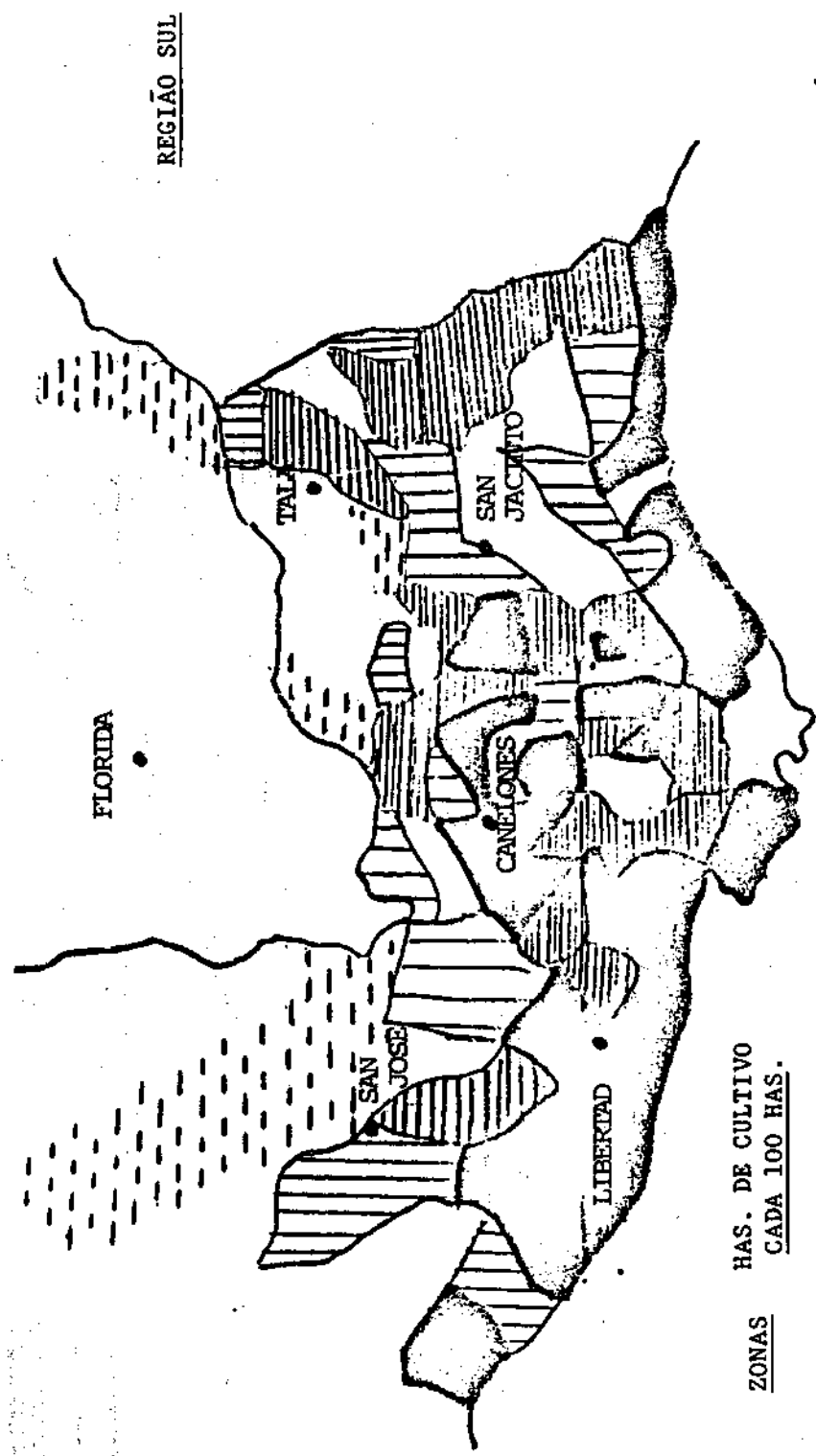
Da área, 90 por cento, ou seja, 1.350 hectares de tomate para indústria, e 58 por cento da área (785 hectares) de tomate fresco para consumo foram cultivadas em 1980 nos departamentos de Canelones, Montevideo e San José. Dentro da

//

vf

MAPA 3.1 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DE BATATA DE VERÃO

Estratificação por índice de concentração



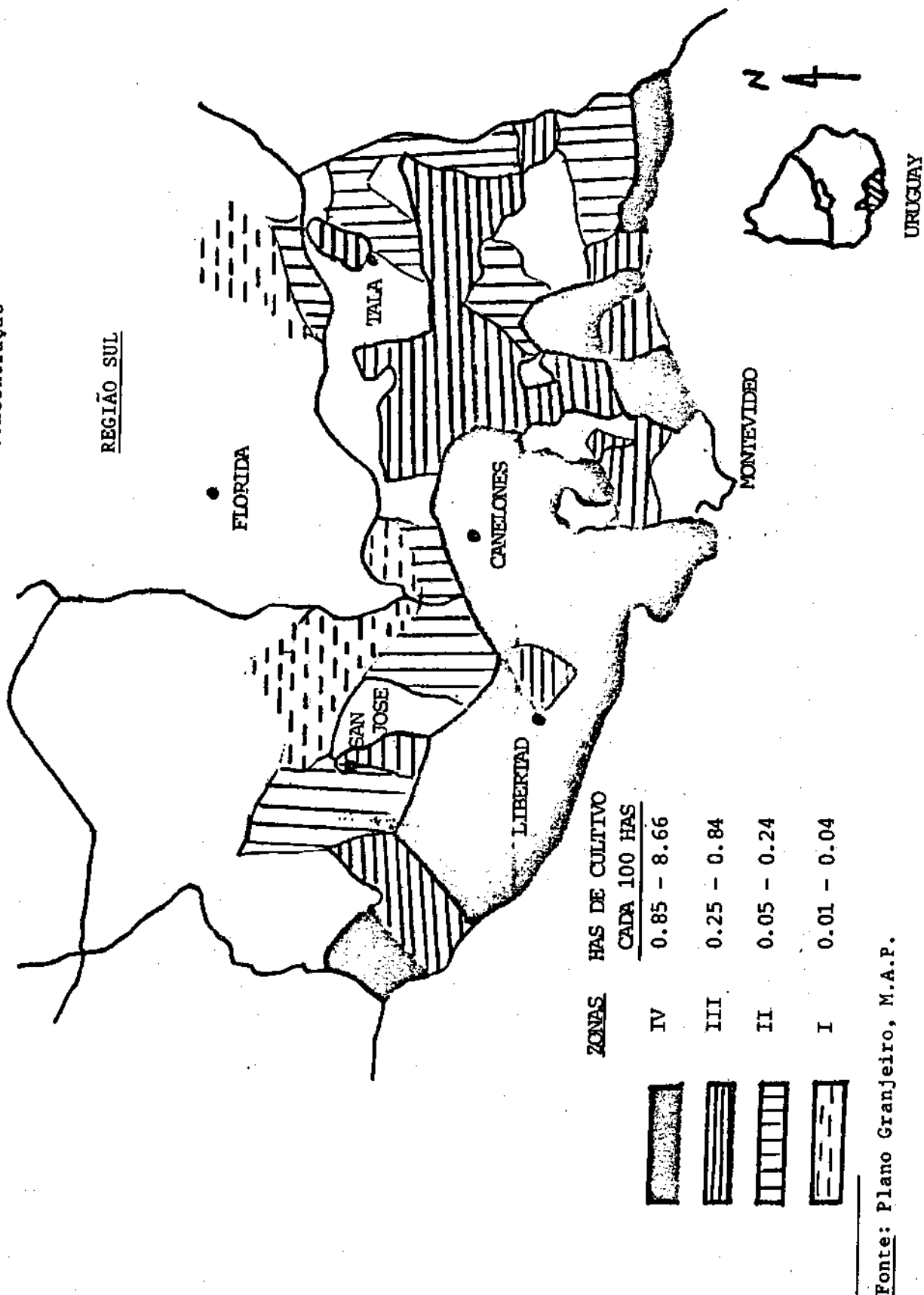
ZONAS
HAS. DE CULTIVO
CADA 100 HAS.

IV	1.51 - 9.89
III	0.54 - 1.50
II	0.18 - 0.53
I	0.02 - 0.17

Fonte: Plano Granjeiro, M.A.P.

MAPA 3.2 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DE BATATA DE OUTONO

Estratificação por índice de concentração



//

região, de acordo com o zoneamento do cultivo elaborado pelo Plano Granjeiro (ver mapas 4 e 5), a subzona de maior produção é o Nordeste, o departamento de Canelones para o tomate para indústria, e as zonas Oeste e Nordeste do departamento de Montevideo e zonas contíguas do departamento de Canelones.

As variedades para a indústria mais utilizadas são em geral tomate de chão, rasteiros ou de arbustos, com colheita uniforme e compacta. A variedade "Loica", desenvolvida pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da República Argentina, é a mais difundida nos últimos anos.

Para consumo fresco, destacam-se as variedades "Marmade": temporão, de frutos grandes, forma achatada, consistentes e de pescoço verde, a "Americana USA": meia estação e a "Platense": tardia.

Na Região Sul vem generalizando-se a organização de sementeiras de tomate para o abastecimento de indústrias, com compromissos de compra por parte das indústrias. Nesta linha de trabalho, o sistema cooperativo em torno da Comissão Nacional de Fomento Rural e CALFORU trabalharam desde 1977, com muito bons resultados.

II.2.4 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE CEBOLA

Da área semeada no país para produção de cebola seca em 1980, 73 por cento plantou-se na região sul nos departamentos de Canelones (57%), San José (11%) e Montevideo (5%). Em importância vem depois a região de Salto, com 13,6 por cento da área.

Como no caso do tomate para indústria, dentro da região sul destaca-se a zona do Nordeste de Canelones, onde existe maior concentração de produção. O mapa 6 mostra a distribuição da produção dentro da região sul e na região de Salto.

As variedades mais utilizadas são: a "Valenciana", a "Sintética" e a "Colorada Chata". Nos últimos anos vem incrementando-se na região sul o uso da "Valenciana", como variedade e a "Sintética 14", desenvolvida pelo INTA, Argentina, com as quais se obtém maiores rendimentos.

A área cultivada por cada produtor varia dentro da zona sul, sendo de aproximadamente 6.000 metros quadrados por produtor em Canelones e Montevideo e de 15.000 metros quadrados em San José, onde há produtores especializados em maior tamanho.

A partir de 1975, a Comissão Nacional de Fomento Rural promoveu, através do sistema cooperativo, o cultivo da variedade "Sintética 14", com destino ao mercado interno e à geração de exportações.

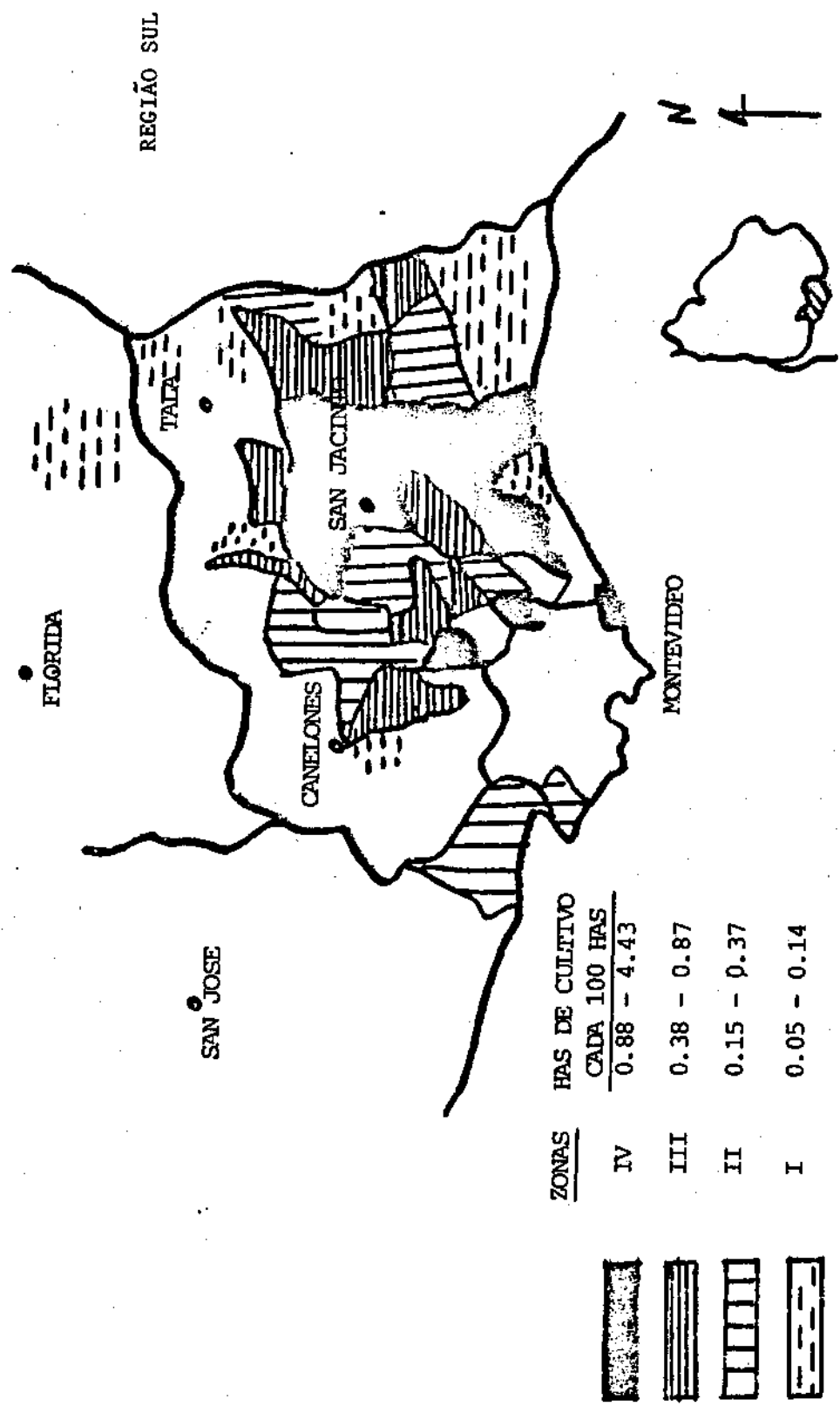
Dentro deste programa exportaram-se volumes pequenos em 1977 e 1980 para os Estados Unidos, Holanda e Argentina. O programa continua funcionando, proporcionando-se assistência técnica e creditícia, abastecimentos de insumos recomendados e organizando-se a comercialização para o mercado interno ou para a exportação.

vf

//

MAPA 4 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DE TOMATE PARA A INDÚSTRIA

Estratificação por índice de concentração

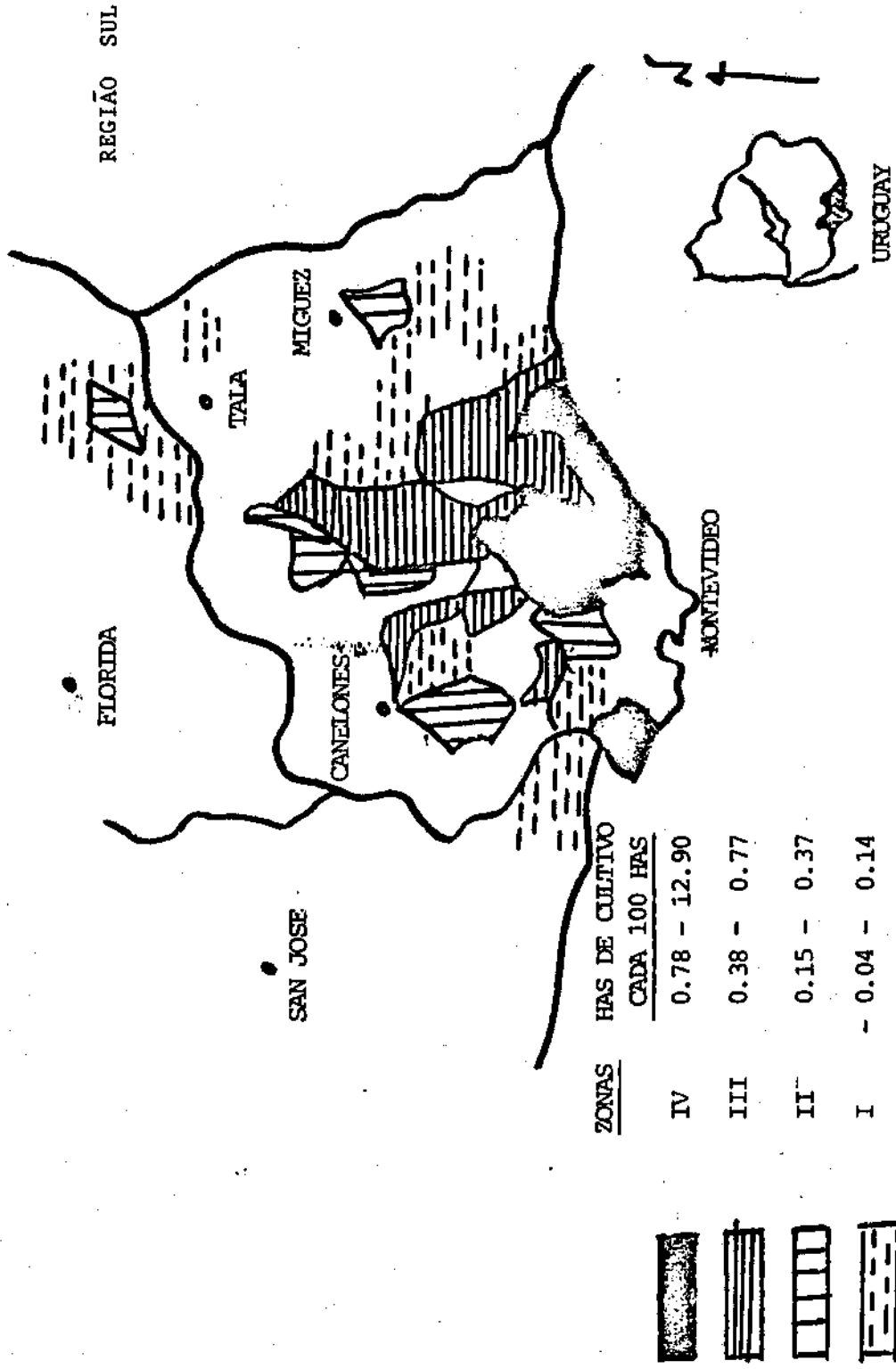


Fonte: Plano Granjeiro, M.A.P.

URUGUAY

MAPA 5 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DE TOMATE PARA O CONSUMO

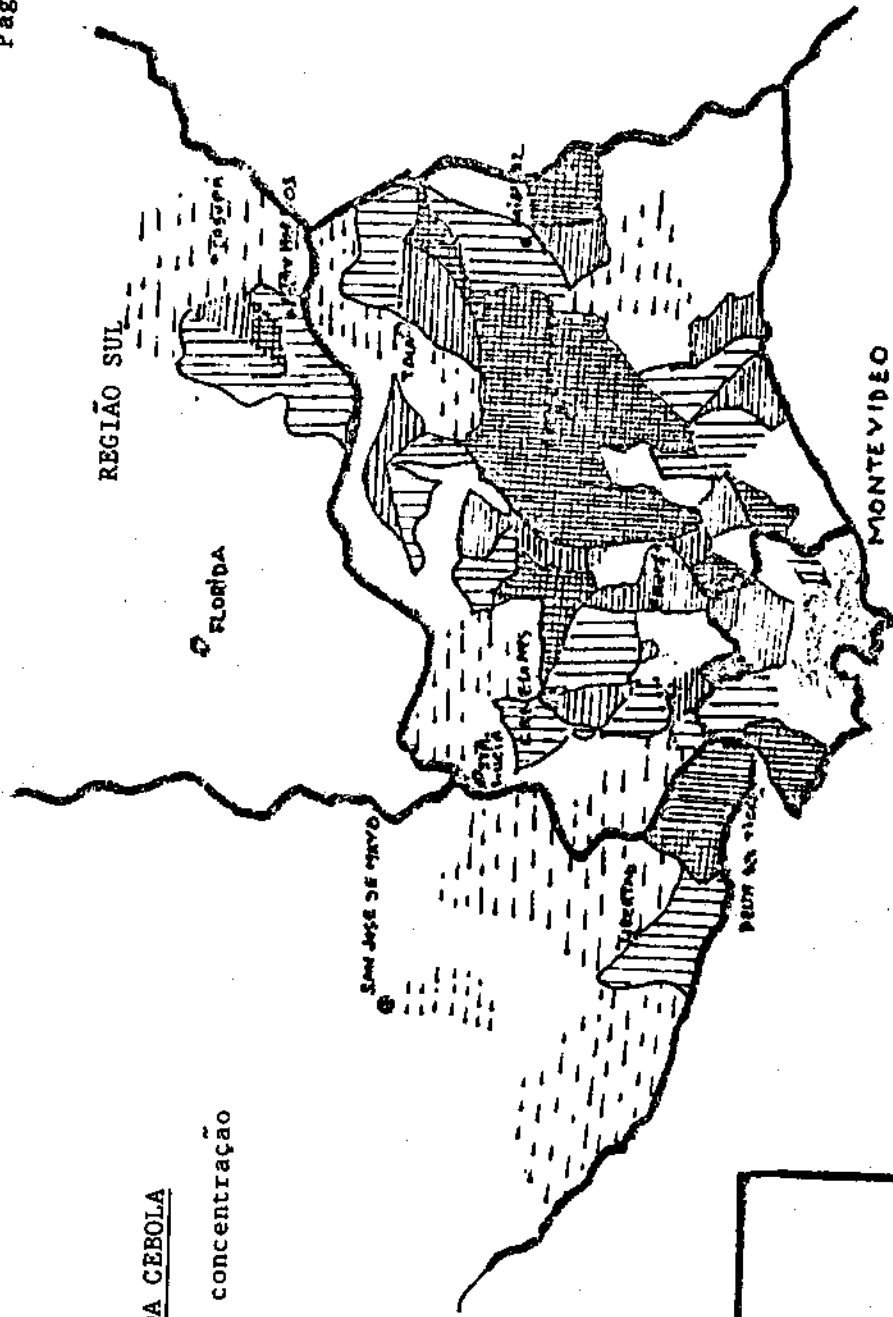
Estratificação por índice de concentração



Fonte: Plano Granjeiro, M.A.P.

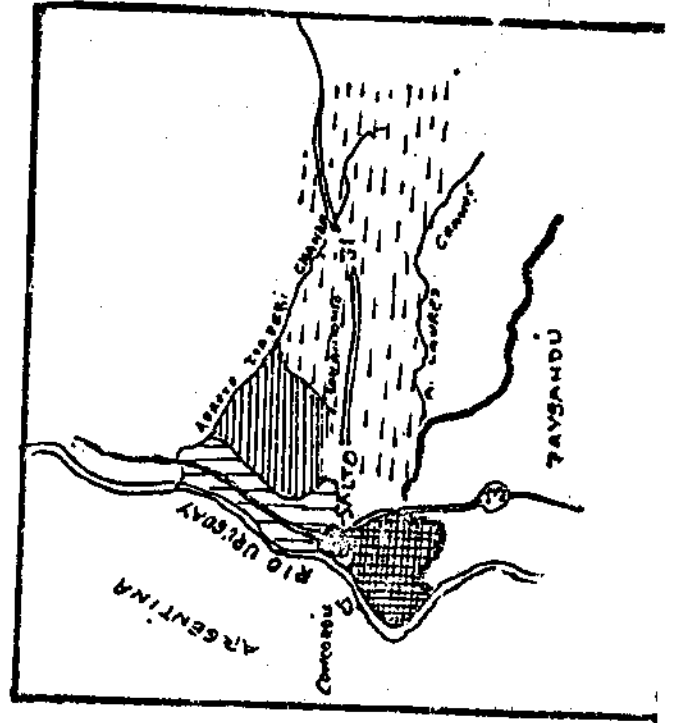
ZONEAMENTO DO CULTIVO DA CEBOLA

Estratificação por índice de concentração



M.A.P.

Plano Granjeiro



REFEPECIAS:	
ZONAS	HA DE CULT/100 HA
I	0.02 - 0.20
II	0.21 - 0.42
III	0.43 - 0.88
IV	0.89 - 2.80

LITORAL

//

II.2.5 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE CENOURA

A área semeada com cenoura apresenta uma maior concentração relativa que outros cultivos. Da produção de cenoura, 83 por cento concentra-se na região sul. Dentro da região sul a produção mostra uma localização nítida na zona do nordeste do departamento de Montevideo e sul de Canelones, coincidindo com a zona de alta concentração de tomate para consumo fresco (ver mapa 7).

As sementeiras realizam-se durante todo o ano, utilizando-se semente "do país" produzidas pelos próprios produtores, para as sementeiras de setembro a fevereiro. Sementes de variedades estrangeiras se utilizam para as sementeiras de março a agosto. As variedades mais utilizadas são "Colmar", "Escarta", "Chante nay", "Híbridas" etc.

II.2.6 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE FEIJÃO

A zona de maior concentração do cultivo de feijão, com 58,8 por cento da área nacional em 1980, é o departamento de Canelones, especialmente na região nordeste (ver mapa 8).

Outras regiões onde se cultiva este legume, porém de forma mais dispersa, são os departamentos de Rivera, Tacuarembó e Cerro Largo, que semeiam 20 por cento da área; e Treinta y Tres, Lavalleja, Maldonado e Rocha que, por seu lado, cultivam outro 20 por cento da área.

Os rendimentos no departamento de Canelones são de 720 quilogramas por hectare, 60 por cento superiores aos do resto do país, que se localizam em média em 450 quilogramas.

Em Canelones predomina a produção de feijão manteiga (*Phaseolus Lunatus*), enquanto que no resto do país, zonas norte e leste, são semeadas variedades da espécie "*Phaseolus Vulgaris*" (feijão "bayo", "frutilla", preto, enxofre etc.).

A semente utilizada provém dos próprios produtores, que reservam sua semente todos os anos.

Em 1975, a Comissão Nacional de Fomento Rural, como instrumento de promoção das cooperativas do sul do país, promoveu o cultivo do feijão "Alubia", com o propósito de desenvolver sua exportação. Entretanto, o programa foi suspenso em 1977 por problemas de alta susceptibilidade da variedade à bacteriose.

II.2.7 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE ALHO

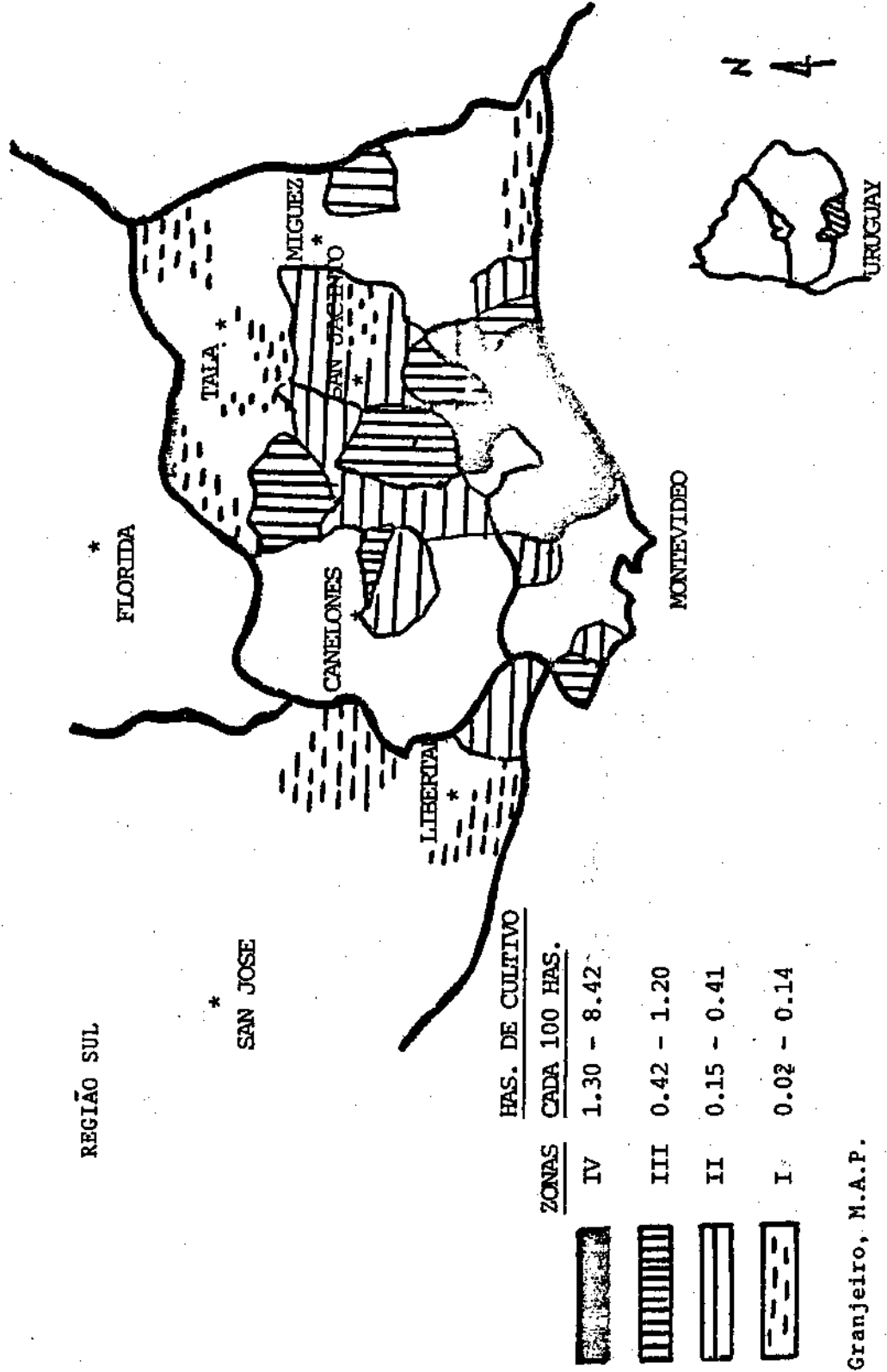
Da área semeada de alho no Uruguai em 1980, 77 por cento realizou-se na região sul nos departamentos de Canelones (66,5 por cento), San José (8,2 por cento) e Montevideo (2 por cento).

vf

//

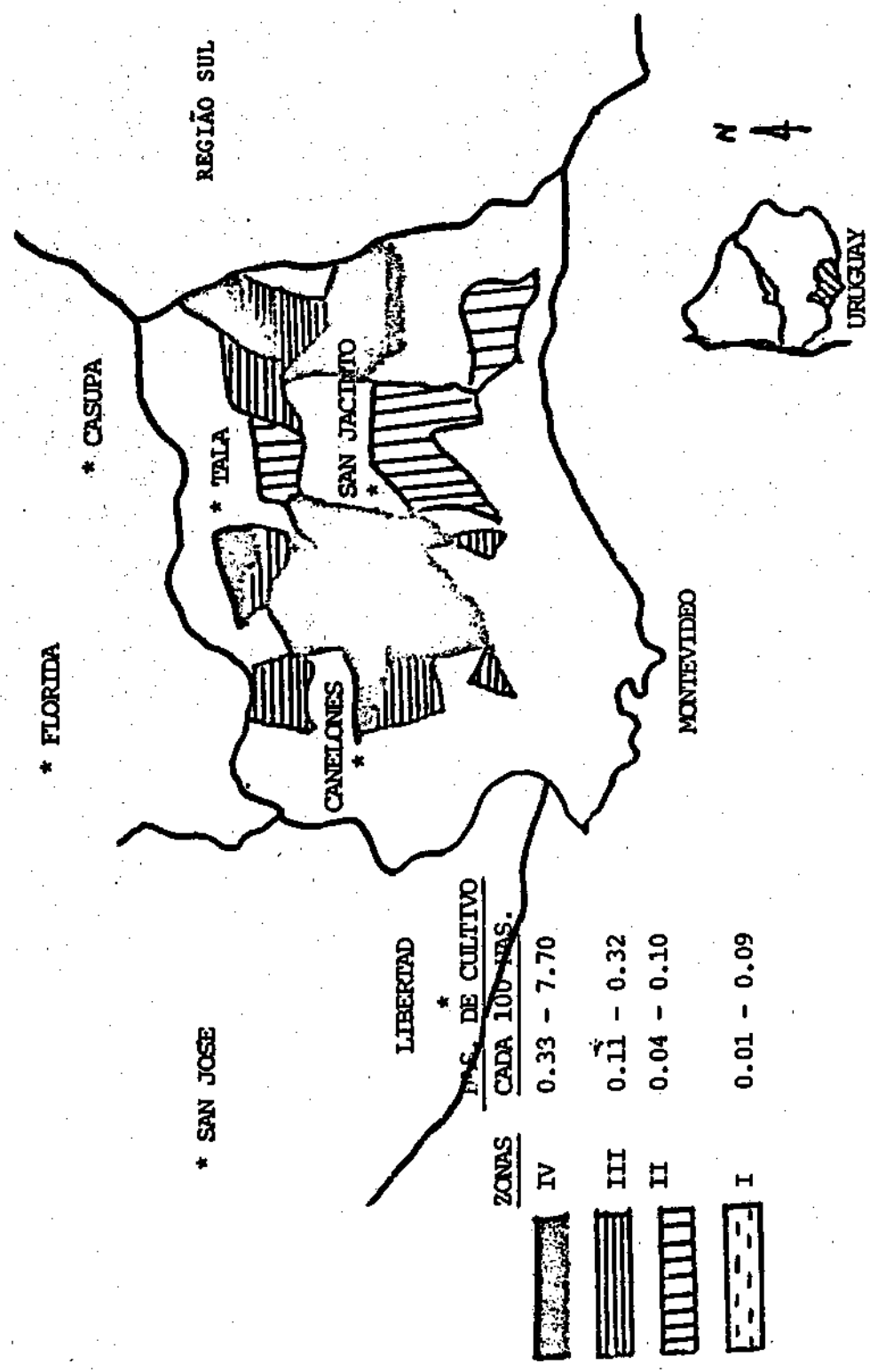
MAPA 7 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DA CENOURA

Estratificação por índice de concentração



Fonte: Plano Granjeiro, M.A.P.

MAPA 8 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DO FEIJÃO
 Estratificação por índice de concentração



Fonte: Plano Granjeiro, M.A.P.

//

O departamento de Salto, por seu lado, semeou 6 por cento adicional, estando o resto disperso entre os demais departamentos do país.

No mapa 9 observa-se o zoneamento do cultivo do alho na região de maior concentração.

Existem diferentes seleções zonais que se identificam com o nome de cultivos, que estão adaptados às condições do país e que apresentam diferentes cores: rouxo, pardo ou branco.

Na região sul vem se organizando até 1980 um plano de promoção de cultivo de alho por parte das Cooperativas e Sociedades de Fomento Rural reunidas na Comissão Nacional de Fomento Rural e CALFORU. O objetivo deste plano é desenvolver o alho para a exportação. Devido aos entraves às importações impostos pelo Brasil, e por problemas derivados do contexto econômico geral do país, este programa foi suspenso em 1980.

II.2.8 - ZONAS DE PRODUÇÃO DE MILHO DOCE

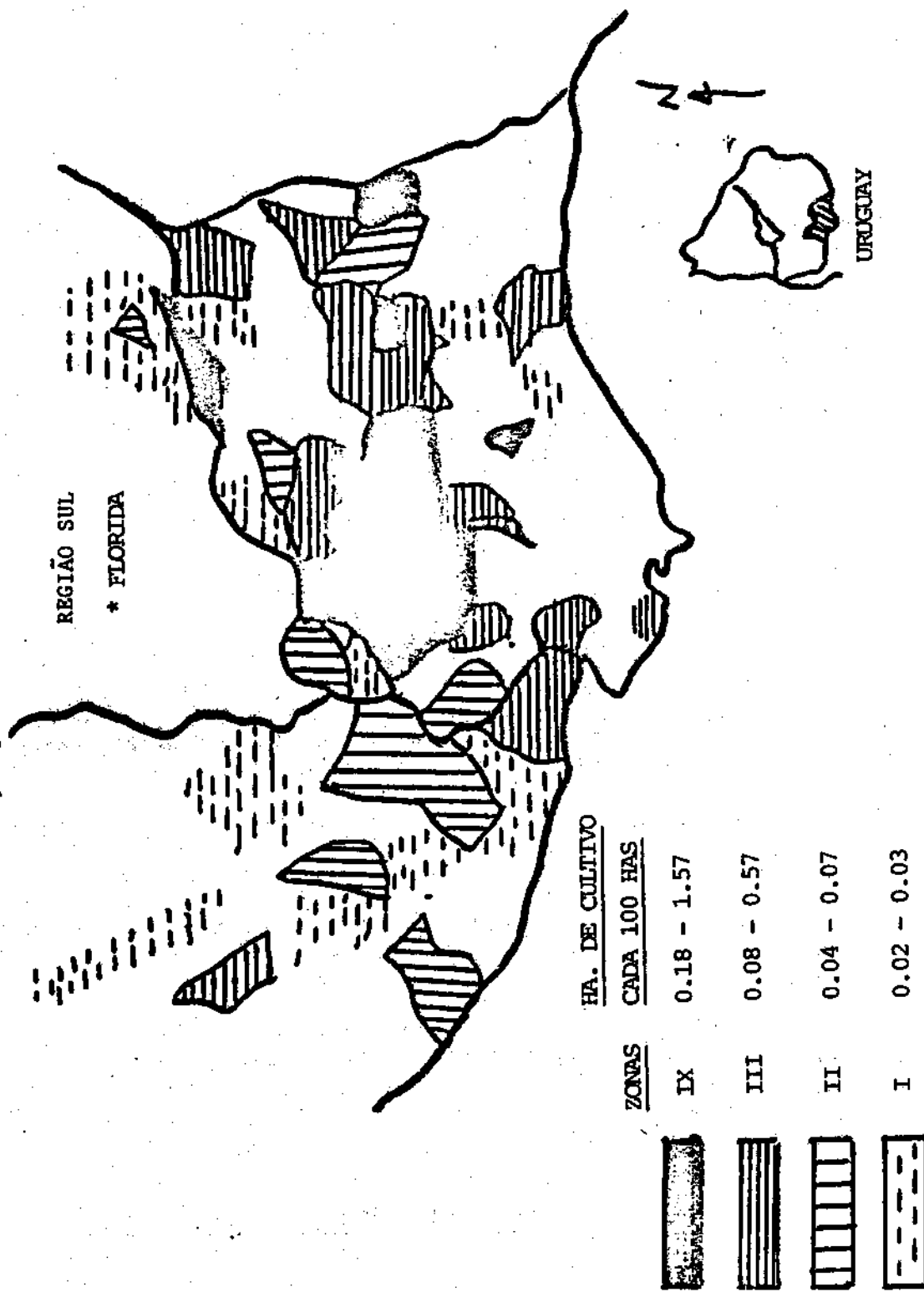
A produção de milho doce encontra-se muito dispersa em todo o país, com exceção da região sul, em que se produziu em 1980 46 por cento do total nacional nos departamentos de Canelones, Montevideo e San José.

Os rendimentos da região sul triplicaram em 1980 os níveis do resto do país, mostrando um rendimento de 2.600 quilogramas por hectare no sul, perante 800 quilogramas/ha no resto do país.

//

MAPA 9 - ZONEAMENTO DO CULTIVO DO ALHO

Estratificação por índice de concentração



//

II.3 - DEMANDA INTERNA

II.3.1 - INTRODUÇÃO

O destino quase exclusivo das produções consideradas é o abastecimento da demanda interna, de produtos básicos do consumo. Conjuntamente, uma pequena proporção da produção de alguns destes itens -batata, alho, cebola- destina-se à exportação.

O abastecimento interno é complementado, em anos de produção escassa, com importações. No caso da batata e da ervilha, as importações cobrem em geral menos de 20 por cento da demanda interna, enquanto que no caso do grão-de-bico e da lentilha o consumo é quase totalmente abastecido por importações. Quanto à batata, importam-se anualmente entre 10 e 12 mil toneladas de semente para a semeadura de outono e 8 a 10 mil toneladas para o consumo dos meses de agosto a outubro.

Portanto, a fração da produção e o consumo de hortaliças e legumes vinculados ao mercado interno é muito pequena, tendo adquirido maior importância as importações entre 1979 e 1982.

Na produção destinada ao consumo interno, o autoconsumo dentro dos próprios terrenos tem relativa importância para certos itens. O caso mais típico entre os itens considerados é o feijão, que em 50 por cento de sua produção estaria destinado ao autoconsumo dos terrenos. O alho, a cebola, o milho doce, a ervilha e a batata localizam-se em um nível médio -entre 20 e 30 por cento- enquanto que o tomate, a cenoura, espinafre e aspargo se dirigem quase totalmente ao mercado.

O consumo anual de hortaliças e legumes apresenta-se no quadro 6.

As projeções da demanda interna do país para estes itens são inexistentes em nível oficial e muito difícil de estimar. Uma aproximação a estas projeções para os próximos quatro ou cinco anos deveria considerar variáveis como a futura evolução dos preços destes produtos, de seus substitutivos e complementares, de ingressos etc., para o qual não se dispõe de informações.

No entanto, dados os reduzidos níveis atuais de consumo, a difícil situação econômica do país, a baixa taxa de crescimento demográfico, a baixa elasticidade do preço e ingresso da demanda destes produtos, e os hábitos de consumo da população etc., caberia esperar que se mantenham os atuais níveis de demanda ou que estes apresentem pequenas variações.

II.3.2 - PERFIL DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Grande parte da produção de hortaliças e legumes que se destina ao consumo interno é comercializada nos mercados atacadistas de Montevideo. Estima-se que 80 a 90 por cento da produção hortifrutícola é comercializado no Mercado Modelo, e 10 a 20 por cento restante no Mercado Agrícola, ambos localizados na cidade de Montevideo.

vf

//

QUADRO No. 6

OFERTA E DEMANDA GLOBAL DE ALGUMAS HORTALIÇAS E LEGUMES NO URUGUAI
(Em toneladas)

	OFERTA				DEMANDA		
	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	MERMAS	TOTAL	CONSUMO APARENTE	SEMENTE	TOTAL
Batata	120.000	21.500	21.000	120.500	85.000	35.500	120.500
Tomate	30.000	-----	6.000	24.000	24.000	-----	24.000
Cebola	17.000	-----	5.000	12.000	12.000	-----	12.000
Cenoura	11.500	-----	1.500	10.000	10.000	-----	10.000
Feijão	2.500	-----	-----	2.500	2.400	100	2.500
Milho doce	2.800	-----	400	2.400	2.370	30	2.400
Alho	1.450	-----	300	1.150	1.000	150	1.150
Ervilha	800	200	-----	1.000	900	100	1.000
Espinafre	650	-----	100	550	550	-----	550
Aspargo	35	-----	5	30	30	-----	30
Lentilha	-----	700	-----	700	700	-----	700
Grão-de-bico	-----	300	-----	300	300	-----	300
TOTAL	186.735	22.700	34.305	175.130	139.250	35.880	175.130

Fonte: Estimativas elaboradas com base no Recenseamento Geral Agropecuário de 1980 e outras fontes.

//

Montevideo, capital do Uruguai, concentra quase 45 por cento da população do país e centraliza grande parte da oferta e demanda de frutas e hortaliças para seu posterior abastecimento ao resto do país.

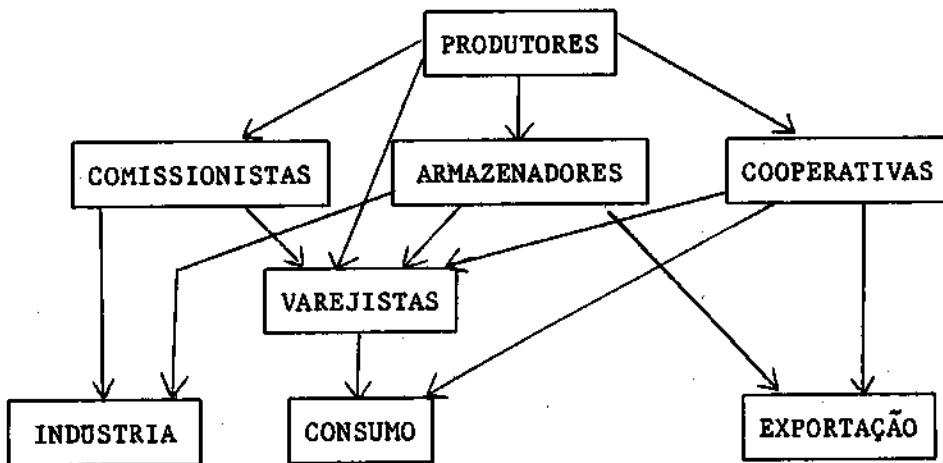
Inaugurado em 1936, o Mercado Modelo é administrado por uma sociedade privada cuja forma jurídica é uma sociedade anônima intitulada: "Concentração Nacional de Produtores S.A.". A quase cinquenta anos de sua instalação, hoje está localizado em plena zona urbana com grandes problemas urbanísticos e dificuldades para sua expansão. As ruas e terrenos que o rodeiam que se utilizam para o estacionamento de veículos dos agentes intervenientes no processo de comercialização são insuficientes e inadequadas. A circulação interna de veículos dentro do Mercado provoca grandes ineficiências e problemas. A baixa eficiência responde à pouca largura das ruas internas e à ausência de equipamentos mecanizados ou montacargas, sendo comuns os transportes de produtos e recipientes vazios a ombro, aumentando os custos de mão-de-obra. A capacidade de armazenagem de produtos é insuficiente e inadequada, carecendo inclusive de câmaras frigoríficas.

A influência geográfica dos Mercados Modelo e Agrícola é em nível nacional. Recebem produtos de todas as zonas do país, mas pela localização da zona de produção a maior afluência de produtos provém dos departamentos do sul do país. Estes mercados atuam como centros de armazenamento de produtos que depois serão destinados ao consumo de Montevideo e de outros departamentos do país.

O deslocamento dos produtos dos estabelecimentos rurais até o consumidor final é feito através de diversos canais.

As combinações de agentes intervenientes dependem da natureza do produto, das condições da oferta, da demanda do mercado e dos usos alternativos e substitutivos do produto.

Um esquema simplificado dos diferentes canais utilizados em hortaliças e legumes seria o seguinte:



//

//

Em geral, os produtores oferecem seus produtos à venda em forma muito atomizada em volume, dispersa geograficamente e concentrada no tempo na época de colheita. Alguns vendem seus produtos na chácara, outros os vendem no Mercado Modelo, a centros de comercialização, a indústrias, ou os entregam para ser vendidos a cooperativas ou comissionistas. As cooperativas no setor têm uma participação em geral reduzida.

Os comissionistas cobram por seus serviços os custos (transporte, recipientes etc.) e uma comissão, que vai de 10 a 20 por cento do valor da venda, liquidando ao produtor depois da venda.

O armazenador compra no Mercado ou nas zonas de produção. No caso de produtos que admitem conservação (batata, cebola, alho, feijão etc.) esta função é realizada em geral pelo armazenador atacadista, embora alguns produtores também façam o mesmo.

Entre 80 e 90 por cento do volume de hortaliças e legumes comercializados são consumidos em seu estado natural. A indústria de conservas absorve o restante 10 a 20 por cento, enquanto que a exportação é conjuntural, em anos de produção abundante.

II.3.3 - CONSUMO POR PRODUTO

As informações disponíveis para caracterizar os níveis de consumo destes itens são quase inexistentes. No entanto, tenta-se fazer uma aproximação do mesmo.

II.3.3.1 - BATATA

Quase a totalidade da produção de batata é consumida em estado natural, industrializando-se ao redor de 1 por cento da produção. Existem meras importações da ordem de 21 mil toneladas, aproximadamente 18 por cento da produção. Das 35.500 toneladas de semente 10 a 12 mil são importadas. A demanda para consumo da população estima-se em aproximadamente 85 mil toneladas, variando anualmente entre 60 e 100 mil toneladas em função dos reais níveis de ingressos da população (que diminuíram permanentemente nos últimos 15 anos) e em função dos preços do produto. Estes preços, por seu lado, resultam dos níveis de produção, da política de importação aplicada em cada ano e da intervenção estatal na fixação dos preços para o produto que se dá em alguns anos com o fim de conter a inflação.

O abastecimento de batata para consumo complementa-se em alguns anos com importações entre os meses de agosto e outubro, com volumes de aproximadamente 10 a 12 mil toneladas anuais, em média a um custo de aproximadamente um milhão de dólares ao ano.

O consumo médio, per capita estima-se em 30 quilogramas de batata por ano.

O consumo de batata para alimentação é abastecido fundamentalmente com a produção de batata de verão, mas também com o excedente da produção de batata de outono que não se destina a semente. Nos últimos anos 64 por cento do consumo foi abastecido com batata de verão, 22 por cento com batata de outono e 14 por cento restante com batata importada.

vf

//

//

II.3.3.2 - TOMATE

O consumo aparente de tomate localiza-se em torno das 24 mil toneladas anuais, ou seja, uns 8 quilogramas por habitante por ano. Desse volume, a metade aproximadamente é industrializada para a elaboração de extratos, polpas, molhos, tomate inteiro em conserva etc. Para consumo fresco destinam-se unas 12 mil toneladas.

O nível de importações deste produto fresco ou elaborado foi tradicionalmente insignificante, do mesmo modo que as exportações.

O consumo de tomate fresco começa no mês de agosto com a produção de "primor" de Salto e Bella Unión. O tomate de estação e o "tardío" abastecem o mercado até fins do mês de maio, razão pela qual o abastecimento se prolonga durante quase dez meses ao ano. Os volumes mensais do consumo são baixos durante os meses de junho a novembro, devido ao nível dos preços do produto, resultado de uma oferta limitada nesses meses.

O consumo industrial de tomate centraliza-se no sul do país, Montevideo e Canelones, onde funcionam ao redor de 20 estabelecimentos industriais que o processam. A totalidade destes trabalha para abastecer o mercado interno com produtos em conserva, em vidros ou em "sachets". O nível destas indústrias é em geral baixo com equipamentos obsoletos e de baixo nível sanitário. Os produtos elaborados em geral não oferecem a qualidade requerida pelos mercados internacionais, seja pela qualidade do produto ou do recipiente, ou por ambos ao mesmo tempo.

Esta situação e a retração do mercado interno levam a um nível de competição que reduz as margens a seus mínimos valores, o que se vê agravado ao existir pouco controle sobre a qualidade do produto vendido.

Muitas empresas contratam cultivos, garantindo preços mínimos aos produtos. É normal tornar efetivos os pagamentos aos 6 ou 9 meses de ser entregue o produto, razão pela qual os produtores devem financiar parte dos custos industriais. Várias empresas quebraram nos últimos três anos, mudando de dono várias vezes.

II.3.3.3 - CEBOLA

A demanda interna de cebola é da ordem de 12 mil toneladas por ano, o que dá um consumo per cápita de 4 quilogramas por ano. Quase a totalidade do consumo interno da cebola é baixa como cebola seca em estado natural.

Nos últimos anos, a partir de 1979 realizaram-se importações de significação devido à perda de competitividade do produto nacional como consequência de uma drástica redução de tarifas à importação, unido a um tipo de câmbio artificialmente baixo. Normalmente a produção interna de cebola seca conservada em depósitos ventilados ou em câmaras frigoríficas, complementado com o abastecimento

//

vf

//

de cebola de "verdeo" nos meses de inverno e primavera são suficientes para abastecer o consumo interno. Outrossim, geraram-se em alguns anos saldos exportáveis.

O produtor vende a maior parte de sua produção nos mercados de Montevideo diretamente a varejistas ou a atacadistas urbanos. De acordo com um levantamento realizado pelo Plano Granjeiro no Mercado Modelo, 48 por cento da cebola comercializada era produção do mesmo agente vendedor do produto, 16 por cento era oferecido por atacadistas e 36 por cento era manejado por comissionistas.

Existem armazenadores que concentram o produto e o armazenam em câmaras frigoríficas para sua posterior venda.

As cooperativas adquirem importância na comercialização, como reguladores do preço, quando existem produções abundantes. Nestas circunstâncias os preços ficam por baixo dos níveis obtidos pela exportação do produto, viabilizando-se a venda para o exterior, função que assumem as cooperativas. Efetuaram-se exportações em 1977 e 1980.

II.3.3.4 - CENOURA

O consumo aparente de cenoura estima-se em 10 mil toneladas anuais, o que representa um consumo per capita de 3.5 quilogramas por ano. Grande parte deste consumo é feita sob a forma do produto natural, processando-se quantidades insignificantes.

O comércio com o exterior nesta hortaliça foi esporádico, estando o consumo interno convenientemente abastecido com a produção nacional.

Nos últimos anos houve importações da Argentina, conjuntamente promovidas por um tipo de câmbio artificialmente baixo que atuava como subsídio à importação de produtos.

II.3.3.5 - FEIJÃO

A produção desta leguminosa realiza-se no país com o fim exclusivo de abastecer a demanda interna.

O consumo doméstico tem uma notória preferência pela feijão manteiga, e os escassos problemas que provoca seu armazenamento permitiram a esta espécie uma comercialização segura e com pouca variação nos preços.

Nos outros tipos de feijão ("bayo", "frutilla", preto, enxofre etc.), as preferências do consumo são menores, sendo utilizados preponderantemente para autoconsumo nos próprios terrenos. O exército é um dos consumidores mais importantes destes produtos.

A indústria absorve quantidades insignificantes para a elaboração de alimentos em conserva.

O consumo aparente de feijão no Uruguai é de 2.400 toneladas anuais, o que determina um consumo de menos de 1 quilograma por habitante e por ano.

vf

//

//

II.3.3.6 - MILHO DOCE

O consumo de milho doce no Uruguai é de 2.400 toneladas anuais. Delas, aproximadamente 20 por cento destina-se à indústria de conserva para a elaboração de milho tipo creme. O restante 80 por cento se consome como verdura, "milho", em nível doméstico. Uma porção importante deste consumo é em nível de terrenos produtores.

A maior porção que vai para o mercado para consumo fresco é feita através do Mercado Modelo.

O consumo deste produto, tanto em seu estado fresco como industrializado, mostra tendência a diminuir.

II.3.3.7 - ALHO

O consumo aparente do Uruguai é de umas 1.000 toneladas de alho por ano, o que representa aproximadamente 350 gr por habitante e por ano.

A comercialização de alho canaliza-se fundamentalmente através dos mercados Modelo e Agrícola, intervindo o produtor que vende na alta proporção, diretamente a varejistas ou atacadistas urbanos. Outra figura importante na comercialização deste produto é o armazenador, que compra em chácara, armazena e acondiciona para ser vendido posteriormente.

A exportação, que chegou a representar até 50 por cento da produção em 1977 (1.164 toneladas), representou 10 por cento do valor das exportações de produtos de granja nesse ano. Posteriormente, devido ao contexto econômico interno desfavorável para a produção em geral, e a crescentes impedimentos às importações no Brasil -único mercado externo desenvolvido para o alho uruguaio- a exportação foi perdendo importância, até desaparecer totalmente em 1981, em que o país teve que importar este produto devido à brusca queda de sua produção.

A indústria absorve quantidades pouco relevantes de alho.

Nos anos de exportação, a Comissão Nacional de Fomento Rural e CALFORU tiveram um papel relevante como instrumento dos plantadores para racionalizar o cultivo e a comercialização externa deste produto, atuando através da exportação como reguladores dos preços ao produtor.

II.3.3.8 - ERVILHA

O mercado interno de ervilha pode ser dividido em dois segmentos de características diferentes: o mercado de ervilha fresca e o de ervilha seca.

Segundo apreciações efetuadas, ao mercado de ervilha fresca destina-se 60 por cento da produção, umas 480 toneladas, para seu consumo sem nenhum tipo de transformação industrial. Parte deste consumo realiza-se nos próprios terrenos produtores e o resto comercializa-se nos mercados das cidades vizinhas, fundamentalmente Montevideo.

//

//

O mercado da ervilha seca, ao qual confluem umas 320 toneladas de ervilha seca de produção nacional e umas 200 toneladas de importações, tem como principal demandante a indústria de conservas. Na atualidade a indústria não processa ervilha fresca, tal como ocorria até poucos anos.

A outra indústria demandante de ervilha seca, mas de menor importância, é a indústria da farinha, para fabricação de sopas.

Segundo dados recolhidos pela Direção de Programação e Política Agropecuária (DIPYPA), do M.A.P., a indústria de conserva vem atravessando uma aguda crise econômico-financeira, que resultou nos últimos anos em uma profunda contração da demanda industrial de ervilha, motivada por uma queda nos níveis finais de consumo.

As vendas de ervilha em lata nos anos 1979/1980 se situavam entre 5 e 6 milhões de latas anuais, enquanto que em 1982 se situaram em aproximadamente 2,6 milhões de latas. Atribui-se esta queda do consumo ao alto preço do produto, em cujo custo tem fundamental incidência o custo do recipiente, o que representa de 40 a 50 por cento do mesmo. Influi também neste menor consumo a queda dos níveis de ingresso da população no Uruguai, cujos salários reais representam em 1983 menos de 60 por cento dos níveis de 1968, os mais baixos das últimas décadas.

Finalmente, outro fator que incidiu na queda da demanda industrial de ervilhas, como na de outros produtos para industrializar, é o alto custo financeiro no país, que nos últimos anos chegou a superar 40 por cento em termos reais, o que afeta especialmente a produções sazonais que devem enfrentar demandas repartidas ao longo de todo o ano. Este último fator levou a indústria a abandonar o processamento de ervilha fresca, dedicando-se à ervilha seca, como forma de diminuir custos financeiros ao processá-la durante todo o ano.

O consumo por habitante de ervilha fresca e processada no Uruguai é de aproximadamente 350 gr por ano.

II.3.3.9 - ESPINAFRE

O consumo desta hortaliça de folha localiza-se em torno das 500 a 600 toneladas por ano; existem produtores especializados que vendem seu produto diretamente no mercado Modelo a varejistas. A presença do atacadista se vê neste caso muito diminuída. Os produtores venderiam 54 por cento da produção, 26 por cento é oferecido a consignatários e 20 por cento restante através de atacadistas.

Quase a totalidade do consumo de espinafre no Uruguai se realiza em estado fresco, processando-se volumes pouco significativos. O consumo por habitante está em 200 gramas por ano.

Não existem antecedentes de importações ou exportações importantes de espinafre.

//

vf

//

II.3.3.10 - ASPARGOS

A produção e consumo de aspargos no Uruguai na atualidade é quase inexistente. Nos últimos anos houve problemas para a colocação das escassas 40 toneladas de produção anual, o que determinou continuar arrancando as poucas plantas de aspargos que ainda subsistem no país.

O consumo do que ainda subsiste realiza-se fundamentalmente em estado fresco, processando-se quantidades insignificantes por parte de alguma das principais indústrias de conservas do meio.

II.3.3.11 - LENTILHA

O consumo de lentilha no país estima-se em aproximadamente 700 toneladas anuais, que coincide com o volume de importações. O consumo per capita é de umas 250 gramas por ano.

A lentilha é requerida em seu estado natural, seca, utilizando-se fundamentalmente para seu consumo em "ensopados".

II.3.3.12 - GRÃO-DE-BICO

O grão-de-bico no Uruguai é consumido em volumes da ordem das 300 toneladas anuais. Grande parte deste volume é requerida em seu estado natural, seco, e uma pequena porção em conserva pela indústria local.

O consumo per capita é de aproximadamente 100 gramas anuais.

//

//

II.4 - IMPORTAÇÕES

As importações das hortaliças e legumes sob estudo variaram no período 1979 a 1983 entre algo mais de 2 milhões de dólares em 1983 e quase 8 milhões em 1981 (ver quadro no. 7).

A tendência destas importações foi notoriamente crescente no período 1978 a 1981 em que alcançou seu máximo nível para depois cair bruscamente aos níveis mais baixos dos últimos anos.

As causas desta evolução provêm da política neoliberal aplicada ao país a partir de 1974, que se intensificou no setor agropecuário a partir de fins de 1978. A aplicação de uma política cambial, que prefixava o valor do dólar com 6 meses de antecipação em níveis inferiores dos resultantes da flutuação do dólar, acrescentou-se uma brusca redução dos níveis de tarifas às importações destes produtos em 1979.

Neste contexto, as importações cresceram até 1981 inclusive ao incremento da defasagem do valor do dólar, crescimento que foi substituindo a oferta de produtos nacionais que foram perdendo competitividade frente a seus similares importados.

A partir de 1982, frente a uma nova retração do consumo interno e à brusca diminuição de importações de batata para semente provocada pelas desvalorizações ocorridas em fins de 1982, as importações se reduziram para 40 por cento dos níveis do ano anterior. Em 1983, as importações voltaram a diminuir, ao ter retomado o dólar seu valor de equilíbrio, desaparecendo os subsídios indiretos às importações.

No que diz respeito à estrutura das importações, a batata constitui o item de maior importância, representando mais de 70 por cento do valor total nos cinco anos, com exceção de 1982, em que sua participação foi apenas de 42 por cento.

Em importância acompanham a batata, entre as importações destes itens, as leguminosas de grão seco que representaram entre 12 e 23 por cento. Entre estas, a lentilha e o grão-de-bico apresentam a maior proporção.

A cebola, o tomate e o alho, por seu lado, cresceram de 500 mil dólares em 1979 para um milhão e meio em 1981, para depois cair para 64 mil dólares em 1983.

Estrutura das importações de legumes e hortaliças

(em milhares US\$)

CONCEITO	1979	1980	1981	1982	1983
Batata consumo e semente	4.339	3.764	5.478	1.333	1.698
Cebola, alho e tomate	497	438	1.514	1.183	63
Leguminosas secas	986	1.227	942	662	388
TOTAL	5.882	5.429	7.934	3.178	2.150

vf

//

//

QUADRO No. 7

EVOLUÇÃO DE IMPORTAÇÕES DAS PRINCIPAIS HORTALIÇAS E LEGUMES NO URUGUAI

CONCEITO	1979	1980	1981	1982	1983 (1)
I. EM TONELADAS					
Batata consumo	15.685	3.800	-----	-----	1.200
Batata semente	9.336	15.086	18.774	5.437	5.315
Cebola	3.082	1.791	3.702	6.104	507
Alho	-----	-----	233	142	-----
Tomate	58	60	1.212	1.272	-----
Ervilha consumo	171	198	50	38	71
Ervilha semente	114	182	47	22	50
Grão-de-bico	s/d	325	278	158	214
Lentilha	606	726	720	748	293
Feijão	288	-----	31	29	s/d
TOTAL	29.340	22.168	25.047	13.950	7.650
II. EM MILHARES US\$					
Batata consumo	2.061	763	-----	-----	344
Batata semente	2.278	3.001	5.478	1.333	1.354
Cebola	473	400	595	649	64
Alho	-----	-----	314	209	-----
Tomate	24	38	605	325	-----
Ervilha consumo	69	100	21	20	36
Ervilha semente	110	126	50	21	51
Grão-de-bico	289	238	158	96	121
Lentilha	414	763	695	514	180
Feijão	104	-----	18	11	s/d
TOTAL (Milhares US\$)	5.822	5.429	7.934	3.178	2.150

Fonte: B.R.O.U.

(1) Até novembro inclusive.

//

//

Das importações destes itens, 68 por cento proveio em 1981, ano de máximas importações, de países de fora da ALADI, sendo 32 por cento restante adquirido aos países-membros. Dentro deles Argentina, Brasil e Chile são os que têm maior participação nas importações destes itens, correspondendo-lhes 12, 11 e 8 por cento, respectivamente (ver quadro no. 8).

A causa desta baixa participação dos países da ALADI como exportadores destes produtos ao Uruguai está na própria estrutura destas importações que, como foi manifestado, tem preponderância a batata para semente, que provém fundamentalmente do Canadá. Excluindo este item das importações, 84,2 por cento das de mais proveio, em 1981, de países da ALADI, participando a Argentina com 31,8 por cento, Brasil com 29,2 e Chile com 22,2 por cento.

	<u>MILHARES US\$</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
<u>IMPORTAÇÕES</u>	<u>3.320</u>	<u>100.0</u>
<u>ALADI</u>	<u>2.797</u>	<u>84.2</u>
- Argentina	1.057	31.8
- Brasil	968	29.2
- Chile	737	22.2
- Paraguai	19	0.6
- Peru	16	0.4
<u>RESTO DO MUNDO</u>	<u>523</u>	<u>15.8</u>

Fonte: ALADI.

Quanto aos produtos provenientes dos diferentes países, destacam-se: o Canadá, como fornecedor de sementes de batatas, Chile, como fornecedor das leguminosas secas (fundamentalmente lentilha e grão-de-bico), Brasil, como fornecedor de tomates, e a Argentina como fornecedora de cebolas, tomates e outras hortaliças e legumes vários.

II.5 - EXPORTAÇÕES

O quadro no. 9 mostra a evolução das exportações de hortaliças uruguaias no período 1979 a 1983. Observa-se a escassa ou nula participação destes produtos uruguaios no mercado internacional e seu virtual desaparecimento a partir de 1981. Para isso contribuiu a perda da escassa competitividade de nossos produtos como resultado da política cambial aplicada até novembro de 1982.

Como item de exportação mais destacável dentro das hortaliças, o Uruguai aumentou suas exportações de alho no período 1975 a 1977, em que exportou 1.164 toneladas de alho por um valor de 1.347.000 dólares. De 1978 para adiante, estas foram diminuindo até desaparecer totalmente em 1981, quando foi necessário recorrer a importações para abastecer o consumo interno.

//

vf

QUADRO No. 8

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE HORTALIÇAS E LEGUMES DO URUGUAI EM 1981

280

CONCEITO	ORIGEM	VOLUME (t)	MONTANTE (milhares US\$)
07.01.01 Batata	ALADI	18.707.9	5.480.5
	- Chile	15.1	3.6
	Resto do mundo	18.692.8	5.476.9
07.01.02 Tomate	ALADI	1.211.6	605.0
	- Argentina	1.211.6	605.0
	- Brasil	101.6	36.4
		1.110.0	568.6
07.01.03 Demais legumes e hortaliças. Frescas ou refrigeradas	ALADI	7.256.1	1.461.6
	- Argentina	6.328.6	1.166.3
	- Brasil	4.289.5	744.1
	- Paraguai	2.018.1	392.0
	- Peru	11.0	19.4
	Resto do mundo	10.0	10.8
		927.5	295.3
07.02.00 Legumes e hortaliças congeladas	ALADI	11.0	17.6
	- Argentina	11.0	17.6
		11.0	17.6
07.03.00 Legumes e hortaliças em salmoura ou outras formas de conservação	ALADI	5.0	5.8
	- Brasil	5.0	5.8
		5.0	5.8

11

Quadro no. 8 (Cont.)

CONCEITO	ORIGEM	VOLUME (t)	MONTANTE (milhares US\$)
07.04.00 Legumes e hortaliças dessecadas Desidratadas ou evaporadas	ALADI	<u>74.9</u>	<u>215.9</u>
	- Argentina	20.2	117.5
	- Chile	17.0	119.9
	- Peru	0.2	0.7
	Resto do mundo	3.0	4.9
		54.7	98.3
07.05.00 Legumes de vagem seca Debulhadas	ALADI	<u>1.106.3</u>	<u>965.3</u>
	- Argentina	992.7	836.1
	- Brasil	190.0	102.5
	- Chile	0.6	0.7
	Resto do mundo	802.1	732.9
		113.6	129.2
07.06.00 Raízes de mandioca, batata Batatas e semelhantes	ALADI	<u>492.8</u>	<u>45.5</u>
	- Argentina	492.8	45.5
	- Brasil	492.0	44.8
		0.8	0.7
		28.865.6	8.797.2
07.00.00 Totais	ALADI	<u>9.077.0</u>	<u>2.797.4</u>
	- Argentina	5.101.1	1.057.3
	- Brasil	3.134.5	967.8
	- Chile	817.4	737.2
	- Paraguai	11.0	19.4
	- Peru	13.0	15.7
	Resto do mundo	19.788.6	5.999.7

281

Fonte: ALADI.

vf

//

QUADRO No. 9EXPORTAÇÕES URUGUAIAS DE LEGUMES E HORTALIÇAS

CONCEITO	1979	1980	1981	1982	1983
I. <u>EM TONELADAS</u>	<u>2.313</u>	<u>1.957</u>	<u>112</u>	-	<u>25</u>
Alho	395	232	-	-	-
Cebola	-	1.244	-	-	-
Tomate	203	-	101	-	-
Batata	1.708	399	11	-	25
Outros	7	82	-	-	-
II. <u>EM MILHARES US\$</u>	<u>699</u>	<u>638</u>	<u>57</u>	-	<u>10</u>
Alho	315	234	-	-	-
Cebola	-	312	-	-	-
Tomate	59	-	51	-	-
Batata	324	73	6	-	10
Outros	1	19	-	-	-

Fonte: B.R.O.U.

vf

//

//

Os demais itens, cebola, batata e tomate, são itens de exportações conjunturais em anos em que a oferta interna supera as necessidades internas do consumo, gerando-se saldos que são exportados. Isto os distingue do alho, em que foi desenvolvido para a exportação.

O destino das exportações de alho foi o Brasil, país tradicionalmente importador deste produto. Não obstante, a partir de 1979 incrementaram os obstáculos não-tarifários às importações de alho ao Brasil, o que dificultou ainda mais esta corrente que enfrentava dificuldades internas crescentes.

II.6 - PREÇOS

Os preços de legumes e hortaliças no Uruguai surgem do livre jogo da oferta e da procura no mercado. Até 1979, o estado interveio diretamente nos preços dos principais itens hortifrutícolas, fixando os níveis administrativamente, tanto em nível atacadista como em nível do consumo. O propósito era garantir um abastecimento adequado à população e a preços baixos.

As estatísticas de preços destes produtos são escassas, dispondo-se de séries completas unicamente para os preços atacadistas de alguns produtos.

II.6.1 - PREÇOS ATACADISTAS

O quadro no. 10 mostra a evolução mensal dos preços de mercado atacadista para batatas, cebola, tomate de mesa e cenoura.

Da análise destes dados surge claramente um comportamento sazonal dos níveis de preços, que coincide com a safra de cada item.

Os níveis anuais variam, por sua vez, em função da inflação e dos níveis de produção de cada produto.

Outra característica que surge das séries analisadas é o contraste entre os baixos níveis de preços do período 1979/1982, níveis que se recuperam notoriamente em 1983 como consequência do desaparecimento da defasagem cambial, e dos menores volumes de produção nesse ano como resultado da crise do setor.

II.6.2 - PREÇOS AO PRODUTOR

Dos preços atacadistas anuais médios dos itens considerados, o produtor recebe em geral uma percentagem menor de 50 por cento.

Em primeiro lugar, em geral os preços atacadistas do momento da safra são menores da média anual, que ao ser uma média simples, não ponderada pelos volumes comercializados, é pouco representativa dos níveis de preços que efetivamente recebe o produtor. Nos meses de pós-safra, os armazenadores e atacadistas são

vf

//

QUADRO No. 10

PREÇOS MENSAIS DE MERCADO ATACADISTA DE BATATA, TOMATE DE MESA, CEBOLA E CENOURA

(Em novos pesos por quilograma)

ANOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MEDIA
I BATATA													
1979	1.07	1.07	1.19	1.34	1.45	1.35	1.56	1.69	1.92	3.13	2.02	1.22	1.58
1980	0.98	0.98	0.95	1.17	1.15	2.66	3.15	3.15	3.20	3.54	4.00	2.66	2.29
1981	2.36	2.03	1.78	1.66	2.01	2.25	2.43	3.12	3.95	4.52	6.53	4.43	3.08
1982	2.30	2.58	2.75	2.37	2.70	2.70	3.40	3.90	3.70	3.80	3.35	4.00	3.12
1983	6.40	7.90	9.50	11.25	9.15	9.94	12.13	15.57	16.06	24.25	18.40	12.30	12.74
II TOMATE													
1979	2.19	2.19	1.76	1.40	1.65	3.55	5.50	5.70	9.25	3.83	8.75	5.50	4.27
1980	5.37	5.80	8.87	10.33	8.70	10.62	18.60	12.90	19.87	17.10	7.62	5.75	10.96
1981	2.15	2.50	6.75	4.33	4.93	14.16	12.00	11.00	17.00	17.40	10.80	8.67	9.30
1982	2.68	4.25	4.60	4.80	6.80	12.50	12.30	9.35	12.87	16.00	4.37	11.90	8.53
1983	8.25	10.87	6.80	3.07	3.40	8.50	21.50	22.00	32.50	35.12	22.25	14.20	15.29
III CEBOLA													
1979	1.56	1.56	2.32	2.42	2.52	2.62	3.06	2.60	2.97	3.93	2.81	1.75	2.51
1980	1.37	1.29	1.20	1.17	1.31	2.35	3.30	3.28	5.37	7.10	3.68	3.02	2.87
1981	2.49	2.45	2.45	2.25	2.75	3.75	4.70	4.50	4.80	4.75	4.56	3.33	3.56
1982	3.68	3.00	3.00	3.80	3.60	3.50	4.00	4.25	4.50	6.45	4.37	3.50	3.94
1983	4.56	4.93	5.31	5.63	11.38	17.00	30.88	35.50	36.50	19.35	5.20	3.75	15.00
IV CENOURA													
1979	1.80	1.80	2.36	2.08	1.43	1.21	1.00	0.71	0.61	0.88	0.88	1.00	1.31
1980	1.31	2.23	2.28	4.25	4.60	5.75	6.50	3.95	3.81	4.65	4.06	3.06	3.87
1981	2.85	2.42	2.93	3.70	2.31	3.25	3.25	3.62	4.80	4.10	4.93	4.75	3.57
1982	4.43	4.00	4.62	4.30	3.50	2.75	3.30	2.75	2.66	2.75	2.00	2.50	3.29
1983	5.10	9.25	11.0	9.37	4.80	2.10	1.80	1.98	2.65	3.85	5.60	5.00	5.21

//

//

//

os que manejam os níveis de preços, captando margens que superam em geral amplamente os custos de intermediação, armazenagem, mermas, acondicionamento e classificação do produto.

Em segundo lugar, apesar de que um número importante de produtores vende seu próprio produto no mercado, as maiores despesas que esta atividade implica deprimem também os níveis atacadistas. Levantamentos realizados em nível de produtores mostram que este recebe entre 30 e 40 por cento dos níveis de preços que paga o consumo.

Em terceiro lugar, frente a uma oferta para onde confluem produtos nacionais e importados, estes últimos com melhor apresentação, é comum que os produtos nacionais não possam ser comercializados, devendo o produtor voltar com seu produto sem obter os preços que mostram as estatísticas.

II.6.3 - PREÇOS AO CONSUMO

Os preços ao consumo em supermercados, armazéns e feiras de bairro, variam segundo o produto de que se tratar, seu perecimento, seu nível de preços atacadistas, o segmento do mercado que atendem etc.

Em geral os preços ao consumo nestes locais são entre 20 e 100 por cento superiores aos preços atacadistas. Os armazéns e feiras obtêm em geral menores margens que os supermercados. Estes últimos trabalham com produtos de melhor qualidade e apresentação, acedendo a consumidores de maior poder aquisitivo.

II.6.4 - PREÇOS OFICIAIS

Desde 1979 não existem preços oficiais para estes produtos. A "Dirección Nacional de Subsistencias" intervém em momentos de notório desabastecimento da praça, mas em geral em níveis de preços não muito inferiores aos do mercado.

II.6.5 - PREÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXORTAÇÃO

Os níveis de preços das importações e exportações de legumes e hortaliças no Uruguai, segundo as estatísticas do Banco da República Oriental do Uruguai, são as que figuram no quadro no. 11.

vf

//

//

QUADRO No. 11PREÇOS DE IMPORTAÇÕES URUGUAIAS DE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Em dólares por tonelada)

ITEM	1979	1980	1981	1982	1983
Batata semente	244	199	292	245	255
Batata consumo	131	201	-	-	287
Tomate	404	578	499	255	-
Alho	-	-	1.345	1.478	-
Cebola	153	223	161	106	126
Ervilha semente	967	691	1.061	967	1.010
Ervilha consumo	402	505	411	536	505
Grão-de-bico	-	732	568	606	565
Lentilha	683	1.050	964	687	613

PREÇOS DE EXPORTAÇÕES URUGUAIAS DE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Em dólares por tonelada)

ITEM	1979	1980	1981	1982	1983
Batata consumo	190	164	-	-	-
Batata semente	-	500	540	-	400
Cebola	-	251	-	-	-
Tomate	291	-	509	-	-
Alho	797	1.008	-	-	-

vf

//

//

II.7 - INSUMOS FISICOS

A produção de legumes e hortaliças no Uruguai é muito reduzida, segundo se indica no capítulo II.1. Dos 38 mil hectares dedicados aos cultivos sob estudo, a maior parte se realiza com base em um pacote tecnológico tradicional que inclui um mínimo uso de insumos que demandem gastos em efetivo ao produtor.

O cultivo da batata é o cultivo que mostra maior desenvolvimento tecnológico. Apesar disso, apenas 70 por cento da área foi fertilizado em 1980, 22 por cento foi tratado com praguicidas e 11 por cento foi tratado com herbicidas.

Os demais cultivos são fertilizados apenas em 40 a 50 por cento da área.

Do exposto se deduz o baixo nível de demanda de insumos que o subsetor realiza.

Por outro lado, cabe assinalar que no Uruguai se importa a maior parte dos insumos utilizados para a produção de legumes e hortaliças. Os fertilizantes são importados já formulados ou em seus diferentes componentes para sua formulação no país. Os praguicidas e herbicidas também são adquiridos no exterior, do mesmo modo que a maquinaria agrícola. Alguns implementos menores, como arados, rastras, zorras etc., também são produzidos localmente.

Os preços destes insumos são em geral os resultantes dos preços internacionais mais as despesas de internação, que são da ordem de 15 por cento. Alguns insumos como os fertilizantes importados já formulados têm até 18 por cento de custos adicionais por conceito de Imposto ao Valor Agregado.

Entre as sementes a maior importância é a da batata. Para a semeadura de batata de outono se importa uma alta proporção (10 a 12 mil toneladas) do exterior como se assinalava no capítulo II.3.3.1. O resto das necessidades, 24 a 25 mil toneladas, é produzido no local, fundamentalmente como primeira multiplicação da semente importada.

Para os demais itens, importam-se pequenas quantidades de sementes de ervilha, milho doce, cenoura, cebola, tomate e espinafre.

II.8 - POLITICA COMERCIAL

A partir de 1974 o Uruguai começou a aplicar uma política neoliberal, em contraposição ao esquema protecionista cepalino tradicional. Com isso se procurava uma maior integração no mercado internacional, o que implicava substanciais reduções tarifárias.

Com estas reduções procurava-se conter o processo inflacionário que, especialmente em 1979, por efeitos da demanda acrescentada de países vizinhos tinha reimpulsado a alta dos preços no Uruguai. O setor de alimentos foi especialmente afetado por sua alta influência no custos de vida. Foi assim que, em 1979 as tarifas levaram à importação da maior parte dos produtos considerados neste estudo de seu nível anterior, superior a 100 por cento, a 35 por cento.

vf

//

//

Paralelamente com a fixação administrativa do tipo de câmbio veio ocorrendo uma importante defasagem, onde o ritmo de desvalorização era muito inferior à diferença entre a inflação interna e a internacional.

Desta forma, a política até novembro de 1982 favoreceu a competitividade interna de produtos importados em geral, perante seus similares nacionais.

Perante a proteção efetiva resultante, em 1982 elevaram-se novamente os aumentos à importação de hortaliças, a um nível geral de 75 por cento.

Finalmente em novembro de 1982 abandonou-se a política cambial que se aplicava desde 1978, com a fixação administrativa antecipada em 6 meses de tipo de câmbio, permitindo a livre flutuação do valor da divisa. Ao recuperar a divisa seu valor real diminuiu novamente o nível de aumentos das importações de hortaliças, a 55 por cento. No caso da lentilha e do grão-de-bico, ao não ser produzidos internamente, o nível ficou fixado em 35 por cento.

Os aumentos à importação são fixados sobre preços de referência, cujos níveis foram fixados em 23 de junho de 1982 nos seguintes valores:

ITEM NADI	DENOMINAÇÃO	POR US\$/kg
07.01.02.00	Tomate	0.18
07.01.89.07	Cebola	0.18
07.01.01.99	Batata	0.20
07.01.89.04	Alho	1.35
07.01.89.99	Cenoura	0.20

Existem, por outro lado, regulações para o controle de frutas e hortaliças que se importem em estado fresco para evitar a introdução no país de produtos que não cumpram os requisitos mínimos, exigidos no mercado internacional.

As especificações são de caráter geral para todos os produtos e incluem normas de qualidade para cada produto.

No que diz respeito à política de estímulo às exportações, aplicam-se desde 1.º de janeiro de 1983 taxas de devolução de impostos sobre o valor FOB de exportação, com base nas normas do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Estas taxas são as seguintes:

ITEM NADE	DENOMINAÇÃO	PERCENTAGEM
07.01.01.02	Batata (exceto certif. para semente)	6.1
07.01.02.00	Tomate	2.7
07.01.03.01	Alho	1.8
07.01.03.02	Cebola	2.8

//

vf

//

Para os demais produtos sob estudo não se fixaram taxas ao não haver exportações.

Finalmente, no âmbito do Protocolo de Expansão Comercial (PEC) entre o Uruguai e o Brasil, este último inclui entre as concessões outorgadas ao Uruguai uma quota de 100 toneladas de alhos dessecados (NALADI 07.04.0.01) e de 500 toneladas de ervilhas (NALADI 07.05.1.00). Por seu lado, o Acordo de Complementação Econômica, subscrito pelo Uruguai e a Argentina no âmbito do CAUCE, exclui os produtos agropecuários do programa de liberação estabelecido. O Acordo Especial no. 1 estabelece um tratamento tarifário preferencial para o ingresso de gado bovino e ovino em pé e carne bovina e ovina uruguaia, mas continuam excluídos os demais produtos agropecuários.

II.9 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Em seus aspectos gerais, o setor de hortaliças e legumes apresenta um grau de desenvolvimento tecnológico baixo.

Como indicadores deste escasso desenvolvimento servem os rendimentos por hectare que esses cultivos mostram, tanto no concernente a sua evolução histórica, com escasso ou nulo crescimento, como seus níveis absolutos atuais, em comparação com os obtidos em outros países.

O quadro no. 12 mostra a evolução desses rendimentos segundo os dados dos últimos recenseamentos agropecuários. Observa-se que a diferença do que ocorre na maior parte dos países produtores destes itens, tanto do mundo desenvolvido como nos que estão em vias de desenvolvimento, no Uruguai seus níveis estão es

Por outro lado, se se comparam os níveis de rendimento entre vários países se observa que o Uruguai está entre os que menor produtividade por unidade de superfície tem em todos os legumes e hortaliças.

As causas desta situação são várias, mas talvez o que provoque todas estas causas seja a falta de um contexto econômico adequado para que este desenvolvimento tecnológico se materialize.

Por um lado, o setor demonstrou sua capacidade para abastecer o mercado interno em quantidade e preço, com boas condições de competitividade com referência ao abastecimento do exterior.

No entanto, o setor não pôde transcender o mercado interno e transformar-se em exportador, com um nível de competitividade como para conquistar mercados de forma contínua.

Como consequência desta situação frente a produções maiores que as normais com uma demanda interna rígida, os preços internos caem para níveis que não estimulam a produção e sua própria tecnificação. Aos anos de produções abundantes e preços extremamente baixos seguem normalmente outros, em que a oferta se retrai. A insuficiência de produtos resulta em preços não lucrativos. Nestas condições se estimula novamente a produção interna, fechando-se o círculo.

vf

//

//

QUADRO No. 12EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ALGUMAS HORTALIÇAS NO URUGUAI

ITEM	ANOS		
	1961	1970	1980
Batata verão		4.911	5.178
Batata outono		4.615	4.237
Tomate	7.126	9.985	8.054
Cebola	5.392	7.292	6.022
Alho	2.600	2.378	1.996
Ervilha	1.356	2.011	1.319

vf

//

//

Frente a este aspecto de instabilidade, o desenvolvimento tecnológico implica altos riscos que o produtor granjeiro em geral não está em condições de afrontar.

Paralelamente, o setor não recebeu a necessária atenção da planificação, legislação e esboço de políticas em nível setorial que permitisse encaminhar o desenvolvimento do setor, que necessariamente deve focar-se na exportação, dada as naturais condições favoráveis que o país tem para a produção.

Entretanto, existe grande abundância de recursos subutilizados como terras aptas, técnicas e mão-de-obra familiar, subocupadas e toda uma rede de infraestrutura física capaz de sustentar uma produção crescente de hortaliças e legumes, que necessariamente deverá desenvolver-se para a exportação de produtos frescos, refrigerados e/ou congelados.

Uma vez que o contexto econômico seja favorável para o progresso tecnológico do setor, certamente se transformará em limitante os níveis de investigação atualmente disponíveis, que passarão a ser insuficientes, e a ineficiência do aparato de transferência tecnológica ao setor.

II.9.1 - INSTITUIÇÕES VINCULADAS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Em nível oficial, o Ministério da Agricultura e Pesca é responsável pela investigação e desenvolvimento tecnológico de legumes e hortaliças. Na região sul, a Estação Experimental "Las Brujas", dependente do Centro de Investigações Agrícolas "Alberto Boerger" (CIAAB) do M.A.P., tem como atividades fundamentais a de investigação e serviços de apoio ao produtor. A investigação é feita nos seguintes itens: fruticultura, horticultura (incluindo legumes), cultivos e produção vegetal. Os serviços ao produtor incluem o de alerta e alarme de pragas. Realiza também a difusão na zona de diversos aspectos de manejo dos cultivos, através de reuniões de produtores e pelos meios de imprensa.

Não obstante, os escassos recursos aplicados para a investigação hortifrutivícola, tanto técnicos, como econômicos, determinam que não se possa abranger a totalidade dos itens de interesse atual e potencial para o setor. Apesar disso, existe um importante conjunto de conclusões e recomendações concretizadas que ao serem aplicadas em nível geral poderiam resultar em progressos tecnológicos evidentes, principalmente para os itens de maior importância econômica atual, como é o caso da batata, do tomate e da cebola.

Como foi manifestado anteriormente, estas recomendações não são adotadas em nível geral, pela incertidão existente em nível da comercialização da produção.

As Regionais de Agronomia do M.A.P., por seu lado, das quais existem 11 na região sul, têm dentro de suas funções as de assistência técnica. Não obstante, seu trabalho é pouco efetivo por falta de meios de transporte e recursos econômicos.

//

//

O Instituto Nacional de Colonização dispõe também de técnicos na região que fornecem assistência técnica aos produtores das Colônias existentes na região.

A Comissão Honorária do Plano Granjeiro é outra instituição oficial, cuja principal missão é desenvolver a produção, industrialização, comercialização e exportação de produtos hortifrutícolas através de assistência técnica individual e coletiva. Para estes efeitos promove a criação de grupos de produtores que se unem para receber assistência técnica de agrônomos escolhidos por eles e aprovados pelo Plano.

A promoção torna-se efetiva contribuindo com uma parte do salário do técnico.

Finalmente, em nível privado, a Comissão nacional de Fomento Rural e CALFORU fornecem assistência técnica a produtores agrupados em torno das Cooperativas e Sociedades de Fomento Rural. Em geral, procura-se com esta assistência técnica orientar a atividade do produtor para atividades economicamente viáveis. Promovem-se cultivos específicos como cebola, alho, tomate, ervilha e milho doce etc., onde se organiza não apenas o desenvolvimento tecnológico do cultivo, senão também o abastecimento de insumos, seu financiamento à colheita, a assistência técnica e a comercialização. Em alguns destes itens os próprios produtores, continuam controlando seu produto através dos processos de sua industrialização, que se realiza no parque agroindustrial do ex-Frigorífico Nacional.

//

//

III - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE LEGUMES E HORTALIÇAS

A realidade da indústria de conservas no Uruguai, tal como ocorre na maioria dos países, não permite uma diferença clara entre o setor de transformação de frutas e de hortaliças. Ambos integram-se na indústria e assim são considerados na informação estatística disponível.

A indústria de conservas de frutas e hortaliças compreende 52 empresas de porte reduzido e que empregam uma média de 800 pessoas, aproximadamente.

A produção industrial de conservas resultou marcadamente concentrada nos primeiros meses do ano como consequência do sazonalidade que se verifica no país na produção da matéria-prima agrícola.

A indústria de conservas de frutas e hortaliças faz parte do setor indústria da alimentação, o qual possui significativa importância na economia uruguaia devido a sua produção, geração de emprego e incidência nas exportações. Destaca-se principalmente a indústria frigorífica, a de moagem de cereais, a indústria pesqueira, a de produtos lácteos e a indústria do óleo.

De acordo com as informações que proporciona o Levantamento Anual Industrial (1982) que realiza a "Dirección de Estadísticas y Censos", e que consta com uma cobertura para o setor em conserva de frutas e legumes de 40 por cento em relação ao VBP, 41 por cento por pessoal ocupado e 38 por cento de horas trabalhadas apresenta-se o quadro no. 1. O levantamento das empresas de fabricação de conservas alcançou 14 estabelecimentos industriais.

Como mostra o quadro no. 1, a contribuição em valor agregado bruto da indústria de conservas de frutas e hortaliças ao valor total gerado pela indústria da alimentação, localiza-se em 0,9 por cento. Sua participação no total do valor bruto de produção também situa-se em 0,9 por cento.

Quanto ao número de operários e empregados ocupados, a indústria de conservas de frutas e hortaliças emprega 1,7 por cento do total ocupado pela indústria da alimentação.

No quadro no. 2 apresentam-se os coeficientes de concentração na indústria manufatureira. Como se pode observar, as quatro empresas principais da indústria de frutas e verduras concentram 44,7 por cento da ocupação, 44 por cento do valor bruto de produção e 45 por cento do produto bruto do total das empresas de conservas. Adverte-se também no quadro que essas indústrias mostram um grau de concentração de médio para baixo com relação a outros grupos de indústrias alimentícias. Este fato confirma a caracterização inicial que definia a indústria de conservas de frutas e hortaliças como composta por empresas de tamanho reduzido. Sua participação nos indicadores analisados reflete sua falta de desenvolvimento no conjunto da indústria da alimentação.

vf

//

//

Quanto à evolução do consumo de produtos da indústria de conservas de frutas e hortaliças e quanto à produção de matéria-prima, os quadros nos. 3 e 4 são eloquentes para situar a realidade do setor.

Em primeiro lugar, a produção de raízes, tubérculos, legumes, hortaliças e frutas frescas em valores constantes mostra uma queda importante entre 1976 e 1980 para iniciar uma recuperação em 1982.

Quanto ao consumo de produtos industriais adverte-se uma queda de 34,6 por cento entre 1978 e 1983 para as conservas de frutas e verduras, constituindo o ramo da indústria da alimentação que mostra a maior deterioração no período considerado.

III.1 - PRODUÇÃO

As informações disponíveis quanto aos volumes produzidos pela indústria de conserva são descontínuas no tempo e limitam alguns produtos considerados como os mais relevantes.

O produto que se destaca plenamente pelos volumes de processamento é o tomate, que para 1984 mostra uma demanda industrial de 12.383 toneladas. No quadro no. 5 apresenta-se a demanda industrial estimada para diferentes produtos.

Para 1983 o consumo de tomate pela indústria foi significativamente menor, situando-se nas 5.000 toneladas, enquanto que no caso do milho doce, ervilha, abóbora e batata doce foi maior, alcançando 1.000, 670, 600 e 450 toneladas, respectivamente.

No quadro no. 6 apresenta-se a evolução da demanda industrial de matéria-prima no período 1974-1978. Com exceção do tomate, que mostrava uma evolução de crescimento constante, os outros produtos registram significativas flutuações, revelando uma grande instabilidade na produção industrial.

III.1.1 - ELABORAÇÃO DE TOMATE

Por ser o item mais importante no processamento industrial e por dispor-se de maior informação, serão analisados alguns aspectos da elaboração de tomate.

De acordo com as informações provenientes de um levantamento realizado em 1980, há sete indústrias processadoras de tomate, que podem ser consideradas como as mais representativas, estabelece-se que a capacidade de produção instalada para extrato era de 7.578 kg/hora.

Para esse mesmo ano o levantamento revelava que as variedades mais utilizadas como matéria-prima eram o tomate "perita", o tomate "loma" e o tomate "loica".

O consumo total de matéria-prima por parte destas empresas alcançou em 1977-1978 a 6.261,5 toneladas.

Os produtos elaborados foram: extrato 20º-28º em um volume de 5 toneladas, extrato 22º mais 3,5 toneladas, extrato 25º BRIX um volume de 49,3 toneladas,

//

vf

//

extrato 24º a 26º um volume de 28,8 toneladas, extrato 26º a 29º BRIX um volume de 79,5 toneladas e extrato 16º mais 2 toneladas. O total correspondente à produção de extrato destas sete empresas em 1977-1978 alcançou 168.1 toneladas.

Um levantamento industrial posterior, realizado em 1981, situava o consumo de matéria-prima em 10.440 toneladas de tomate "perita".

O total da produção industrial destina-se ao mercado interno.

O preço do tomate mostrou na última década fortes flutuações, acentuando-se nos últimos anos uma deterioração do preço em valores correntes e constantes.

III.2 - TECNOLOGIA

A tecnologia utilizada determina uma produção industrial heterogênea quanto à quantidade dos produtos e à apresentação dos mesmos. Os custos de acondicionamento têm uma enorme incidência no custo industrial do produto.

III.3 - NOVAS PERSPECTIVAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEGUMES E HORTALIÇAS

Existem na atualidade no Uruguai dois projetos de instalação de indústrias de congelado para frutas e hortaliças.

Um dos projetos encontra-se em execução e corresponde a Cooperativas do Norte, localizadas na cidade de Bella Unión.

O projeto CALAGUA está sendo implementado na atualidade e com a instalação da indústria de congelado se disporia de 9.500 toneladas anuais de produtos congelados destinados ao mercado externo.

Os produtos principais serão aspargos, morangos e misturas de legumes, entre outros.

O outro projeto de congelados foi apresentado para sua aprovação perante as autoridades nacionais pela Cooperativa de segundo grau CALFORU e localiza-se em Montevideo no mesmo prédio onde se encontra a atual indústria de acondicionamento e enlatamento de frutas e hortaliças. O volume de produção anual que prevê o projeto é similar ao de CALAGUA, situando-se perto das 10.000 toneladas de produtos congelados e seu destino será o mercado externo.

vf

//

//

QUADRO No. 1

ALGUNS INDICADORES DE ATIVIDADE DA
INDUSTRIA DA ALIMENTAÇÃO (1982)

RAMO	CODIGO	V.A.B. (Milh. N\$) (1)	U.B.P. (Milh. N\$) (2)	Empregados No. (3)	Operários No. (4)	Total Op. y emp. (5)=(3)+(4)
Frigoríf. Chacinados	3111	2.363,3	6.772,7	1.666	9.634	11.300
Lácteos	3112	690,8	2.498,0	1.325	2.398	3.723
Conservas	3113	67,0	191,3	170	463	633
Peixe	3114	55,6	292,0	125	2.712	2.837
Óleo	3115	215,1	515,6	147	444	591
Moinhos	3116	1.492,4	3.942,7	732	2.651	3.383
Padarias, massas, etc.	3117	1.453,0	3.193,2	2.203	7.330	9.533
Açúcar	3118	504,3	1.430,7	306	1.059	1.365
Chocolate	3119	162,9	358,3	460	726	1.186
Diversos	3121	532,9	1.283,4	443	1.117	1.560
Rações	3122	388,4	100,9	54	189	243
ALIMENTAÇÃO	311-12	(7.549,2)	(20.578,9)	(7.631)	(28.723)	(36.354)

Fonte: Levantamento Anual Industrial (1982). D.G.E. e Recenseamentos.

vf

//

//

QUADRO No. 2
COEFICIENTE DE CONCENTRAÇÃO NA
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, 1978

Alimentícios, bebidas e fumo	Quatro primeiras empresas (%)		
	Ocupação	Valor bruto de produto	Produto bruto
3111 Carnes	31,0	20,4	19,2
3112 Lácteos	74,1	84,2	76,9
3113 Frutas e verduras	44,7	44,0	45,0
3114 Peixes	87,5	65,7	76,1
3115 Oleos e gorduras comestíveis	72,8	64,7	69,5
3116 Moinhos	31,4	36,3	29,6
3117 Padaria	14,1	17,4	18,4
3118 Açúcar	100,0	100,0	100,0
3119 Chocolate e confeitos	51,4	61,1	58,1
3120 Massas	41,8	57,3	55,2
3121 Outros alimentos	40,9	48,6	49,2
3131 Destil. e espir. álcool	80,6	66,3	62,9
3132 Vinícolas	30,5	31,9	40,1
3133 Cervejaria	100,0	100,0	100,0
3134 Bebidas sem álcool	72,3	82,7	82,7
3140 Fumo	82,0	89,3	89,2

Ponte: CIEDUR com base em dados do BCU.

vf

//

//

QUADRO No. 3PRODUÇÃO DE RAIZES, TUBÉRCULOS, LEGUMES, HORTALIÇAS E FRUTAS FRESCAS

(Em milhões de N\$ constantes de 1978)

	Milhões de N\$ de 1978			Índices		
	1976	1980	1982	1976	1980	1982
Batatas, batata doce	211:5	112:9	185:4	100	53	88
Legumes e hortaliças	133:3	119:2	125:4	100	89	94
Frutas frescas	193:1	151:0	180:7	100	78	94

Fonte: Banco Central.

QUADRO No. 4ÍNDICE DE CONSUMO INTERNO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS RAMOS INDUSTRIAIS

RAMOS	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Produtos lácteos	100	100,5	110,6	108,6	106,5	89,4
Padaria e confeitaria	100	95,9	103,4	105,8	100,5	85,5
Indústria de massas	100	107,4	97,6	96,9	96,3	94,7
Carne (*)	100	93,3	110,5	106,2	115,5	105,8
Oleos comestíveis	100	141,5	109,7	108,4	111,1	86,0
Açúcar	100	107,4	107,2	115,8	107,9	92,9
Conservas de frutas e verduras	100	100,2	66,0	88,8	73,8	65,4
Cerveja	100	106,4	105,7	104,5	88,3	68,8
Bebidas sem álcool	100	112,1	125,9	136,8	129,2	98,4
Indústria do fumo	100	118,1	118,0	128,9	110,4	92,9

Fonte: CIEDUR com base em dados do Banco Central.

(*) Trata-se do índice do consumo anual de carne vacuna.

//

vf

QUADRO No. 5DEMANDA INDUSTRIAL ESTIMADA (1984)

<u>PRODUTO</u>	<u>DEMANDA ANUAL (em toneladas)</u>
Tomate	12.383,0
Ervilha	198,2
Abóbora	292,5
Batata doce	389,0
Milho doce	286,5
Espinafre	2,3
Vagem	0,3
Feijão	6,0
Beterraba	5,4
TOTAL	13.563,2

Fonte: Elaboração própria.